



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
CURSO DE LETRAS-LINGUA PORTUGUESA E SUAS RESPECTIVAS
LITERATURA**

NAIANA ALVES ROCHA

**RACISMO LINGUÍSTICO E PRESERVAÇÃO CULTURAL INDÍGENA: UMA
ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “FALAS DA TERRA”**

**PATU-RN
2024**

NAIANA ALVES ROCHA

**RACISMO LINGUÍSTICO E PRESERVAÇÃO CULTURAL INDÍGENA: UMA
ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “FALAS DA TERRA”**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Letras-Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, localizada no Campus Avançado de Patu-RN – CAP, requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Aline Almeida Inhoti

**PATU-RN
2024**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

R672r Rocha Alves, Naiana

RACISMO LINGUÍSTICO E PRESERVAÇÃO CULTURAL INDÍGENA:
UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO FALAS DA TERRA. / Naiana Rocha
Alves. - Patu/RN, 2024.

62p.

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Almeida Inhoti.
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua
Portuguesa e suas respectivas Literaturas)). Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte.

1. Racismo linguístico. 2. Preservação cultural. 3. Políticas
públicas. 4. Comunidades indígenas. I. Almeida Inhoti, Aline. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

NAIANA ALVES ROCHA

**RACISMO LINGUÍSTICO E PRESERVAÇÃO CULTURAL INDÍGENA: UMA
ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “FALAS DA TERRA”**

Monografia apresentada à
Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte (UERN), *Campus* Avançado de Patu
(CAP), departamento de Letras Língua
Portuguesa e respectivas literaturas, como
requisito obrigatório para obtenção do
título de Licenciada.

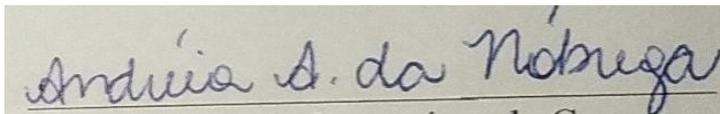
Aprovada em: 10/12/2024

Banca Examinadora



Profª Drª Aline Almeida Inhoti

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Profa. Ma. Andreia Nóbrega

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Prof. Ma. Brenda Freitas

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – UERN

O grande desejo do rio é ser rio. Ele não quer ser outra coisa. E ele só não poderá sê-lo se abandonar sua verdadeira vocação (Daniel Munduruku)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder força, sabedoria e coragem para superar todos os obstáculos e concluir esta etapa tão importante da minha vida. Minha história começou na zona rural, onde o sonho de um futuro melhor parecia distante. Mas eu não permiti que circunstâncias limitassem minha ambição. Sem apoio financeiro, tive que me virar sozinha para concluir meu curso. Hoje, olho para trás com orgulho. Minha jornada não foi fácil, mas foi transformadora. Concluí esse curso, prova de que educação e perseverança podem superar qualquer barreira. Minha história é um testemunho de que, com força interior e determinação, qualquer sonho é possível.

Sou imensamente grata à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) por ter me proporcionado a oportunidade de realizar este curso e por todos os conhecimentos e experiências que adquiri ao longo desses anos. Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial, Sânzio Mike, Keila Lairiny, Maria Lara, José Romerito, Antônia Sueli, Leidiana Alves, Beatriz Pazini, Alex Sousa e Brenda Freitas. Todos contribuíram de forma significativa no meu aperfeiçoamento acadêmico.

Gostaria de expressar minha gratidão à Doutora Annie Figueiredo, pela indicação do documentário “Falas da Terra” que se revelou uma fonte inestimável de inspiração e conhecimento. Além disso, suas valiosas sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por compartilhar seu conhecimento e experiência, contribuindo significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço a minha professora da disciplina de TCC, Luciana Nery, pelo seu papel fundamental na minha jornada acadêmica. Sua dedicação incondicional, inteligência brilhante e capacidade de inspirar são características que a tornam uma professora excepcional. Sua forma de ministrar a disciplina é perfeita, sempre buscando despertar o melhor em cada aluno. Você é uma fonte de inspiração, não apenas como professora, mas também como pessoa. Sua paixão pelo ensino e seu compromisso com a excelência são exemplos a serem seguidos, sou fã de sua metodologia, uma professora excepcional.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Aline Almeida Inhoti, pela dedicação incansável, paciência inigualável e pelos valiosos

ensinamentos compartilhados ao longo desta jornada acadêmica. Sua contribuição foi fundamental para a realização deste trabalho e para o meu crescimento profissional. Admiro sua excepcional capacidade de ensinar, sua inteligência brilhante e sua educação exemplar, que tornaram cada interação uma oportunidade de aprendizado e crescimento. Sua metodologia inovadora e estimulante despertou em mim uma paixão pela pesquisa e pelo conhecimento. Cada palavra de incentivo, cada orientação precisa e cada momento de apoio foram essenciais para superar os desafios e alcançar meus objetivos. Acreditar em mim e orientar-me a buscar sempre o meu melhor foi um presente inestimável. Muito obrigada, Professora Aline, por ser uma referência acadêmica e pessoal. Sua influência positiva deixará marcas duradouras em minha trajetória profissional e pessoal.

Agradeço aos meus amigos que estiveram ao meu lado durante toda esta jornada, dividindo alegrias e desafios. Agradeço, em especial, Maria Eduarda, Maria Raquel, Maria Ruth, José Daevide, David Cortez, Ana Vitória, Lucas Braga e Julianne Maria, Daniel Rocha e a todos os demais colegas de turma, expresse minha gratidão e admiração pela inteligência de ambos e determinação. E estendo minha gratidão a todos os demais colegas de turma, que com sua inteligência, determinação e resiliência conseguiram chegar a essa etapa final do curso.

A meu caro amigo e parceiro de trabalhos acadêmicos, Altonimar, expresse minha profunda gratidão pelo seu papel fundamental na minha jornada acadêmica. Sua inteligência brilhante, responsabilidade inigualável e apoio incondicional foram essenciais para superar os desafios e alcançar meus objetivos. Sua capacidade de analisar e resolver problemas complexos foi uma fonte constante de inspiração. Você foi meu alicerce durante o curso, oferecendo segurança e confiança em momentos críticos. Sua presença foi um divisor de águas, transformando desafios em oportunidades.

Agradeço também a meu amigo Pedro Santos pelas conversas estimulantes, os momentos de riso e as memórias compartilhadas na universidade foram essenciais para manter a motivação e o entusiasmo. A sua presença foi um bálsamo para a alma, oferecendo apoio, compreensão e diversão nos momentos mais difíceis. Você provou que a amizade é um ingrediente essencial para o sucesso. por tornarem essa experiência ainda mais enriquecedora.

Ao meu caro amigo e parceiro de trabalho Klebio Junior, que a brinquedoteca teve o prazer de nos unir, expresse minha profunda gratidão por todos os momentos

inesquecíveis de alegria e companheirismo que compartilhamos. Sua amizade enriqueceu minha experiência na brinquedoteca, transformando dias comuns em momentos especiais.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais e irmãos, por todo o apoio, incentivo e amor incondicional. A vocês devo tudo o que sou e tudo o que conquistei. A vocês, que me ensinaram o valor da perseverança, do respeito e da empatia, dedico esta conquista. Agradeço por cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio e por acreditarem em mim, mesmo nos momentos em que eu próprio duvidei. Obrigado por me fortalecerem com amor e paciência ao longo dessa jornada.

Por fim, agradeço a todos os funcionários da UERN pela gentileza e disposição em ajudar sempre que precisei. Em especial a todos que fazem parte do departamento de Letras.

RESUMO

Este estudo insere-se no contexto das discussões sobre racismo linguístico, abordando o tema Racismo linguístico e preservação cultural indígena: uma análise do documentário “Falas da Terra”. O objetivo geral é investigar como as identidades indígenas são coconstruídas no documentário Falas da Terra, considerando a influência do preconceito linguístico e das políticas públicas na construção e na resistência cultural dessas comunidades. Como objetivos específicos, buscamos: a) identificar como o racismo linguístico, no campo da linguagem, está presente no documentário Falas da Terra; b) compreender como a resistência à colonialidade constitui a identidade indígena no documentário; e c) analisar como o racismo linguístico e a resistência à colonialidade edificam as identidades indígenas na obra. A investigação foi realizada por meio de uma combinação de métodos bibliográficos, qualitativos, explicativa e documentais, buscando uma análise contextualizada. Fundamentamos as discussões com leituras de autores da Linguística Aplicada, como Nascimento e Silva (2015), Bagno (1999, 2011) e Lopes (2006, 2008), além de dados estatísticos do IBGE (2010) e da FUNAI (2022). Esses referenciais teóricos e empíricos oferecem uma compreensão crítica das tensões entre políticas educacionais e preservação cultural, destacando as fronteiras culturais e identidades híbridas conforme Anzaldúa (2009) e a perspectiva indígena representada por Werá (2020). A análise evidencia que, apesar de algumas iniciativas, as políticas públicas frequentemente reforçam estruturas de homogeneização que ignoram a diversidade linguística indígena. Como resultado, conclui-se que a luta contra o racismo linguístico é essencial para o fortalecimento da identidade indígena e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e multicultural.

Palavras-chave: Racismo linguístico; Preservação cultural; Políticas públicas; Comunidades indígenas.

ABSTRACT

This study contributes to the ongoing discussions on linguistic racism, focusing on Linguistic Racism and Indigenous Cultural Preservation: An Analysis of the Documentary “Falas da Terra”. The main objective is to investigate how Indigenous identities are (co)constructed in the documentary Falas da Terra, considering the influence of linguistic prejudice and public policies on the cultural construction and resistance of these communities. The specific objectives include: (a) identifying how linguistic racism manifests in the documentary Falas da Terra; (b) understanding how resistance to coloniality shapes Indigenous identity in the documentary; and (c) analyzing how linguistic racism and resistance to coloniality (co)construct Indigenous identities in the work. The investigation employed a combination of bibliographic, qualitative, and documentary methods to achieve a contextualized analysis. The discussions are grounded in Applied Linguistics scholarship, including the works of Nascimento and Silva (2015), Bagno (1999, 2011), and Lopes (2006, 2008), alongside statistical data from IBGE (2010) and FUNAI (2022). These theoretical and empirical frameworks provide a critical understanding of the tensions between educational policies and cultural preservation, highlighting cultural boundaries and hybrid identities as discussed by Anzaldúa (2009) and the Indigenous perspective articulated by Werá (2020). The analysis reveals that, despite certain initiatives, public policies often reinforce homogenizing structures that disregard Indigenous linguistic diversity. As a result, the study concludes that combating linguistic racism is essential for strengthening Indigenous identity and fostering a more inclusive, equitable, and multicultural society.

Keywords: Linguistic racism; Cultural preservation; Public policies; Indigenous communities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. LINGUÍSTICA APLICADA E RACISMO LINGUÍSTICO	18
2.1 A Imposição Linguística como ataque à Identidade.....	22
2.2 A colonização como um projeto de dominação linguística	27
3 RESISTÊNCIA E APAGAMENTO: AS LÍNGUAS INDÍGENAS E A LUTA PELA VISIBILIDADE	30
3.1 A Linguagem como Ato Político: Resistência e (Re)existência Indígena	32
3.2 Racismo Linguístico: o Poder da Mídia documental “Falas da Terra” (2022).....	34
4 Falas da Terra: A língua como resistência e (re)construção da identidade indígena	38
4.1 Falas da Terra e o Racismo Linguístico: A Língua Indígena como Mapa e Memória Territorial.....	49
5 CONCLUSÃO.....	58
REFERENCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca lançar compreensões sobre o racismo linguístico e a preservação cultural dos povos indígenas no Brasil, tendo como foco o documentário “Falas da Terra” (2022). Ao analisar as histórias e depoimentos presentes na obra, espera-se trazer à tona a importância de valorizar e proteger as línguas e culturas indígenas que enfrentam desafios constantes em nossa sociedade.

O documentário "Falas da Terra" (2022) é uma obra audiovisual que visibiliza diversos povos indígenas do Brasil e exterioriza suas histórias, lutas e a riqueza de suas culturas. Lançado em um contexto de crescente visibilidade das questões indígenas, a obra se propõe a ser mais do que um simples relato, é um testemunho vivo da resistência e da sabedoria ancestral desses povos. Não é apenas um documentário que registra, mas que dialoga profundamente com as experiências de vida, as tradições e os desafios contemporâneos enfrentados pelos indígenas.

A produção se destaca por seu formato intimista e sensível, permitindo que os próprios indígenas compartilhem suas perspectivas, sem intermediários, sobre temas que vão desde a preservação de suas culturas e línguas até as batalhas por direitos territoriais e reconhecimento. É uma ferramenta de conscientização e educação, convidando o espectador a refletir sobre a importância da diversidade cultural e da preservação dos conhecimentos tradicionais. Ao dar voz a essas comunidades, "Falas da Terra" (2022) não só celebra suas identidades, mas também evidencia a urgência de se proteger e valorizar esses saberes, muitas vezes marginalizados e ameaçados pelo avanço da modernidade e das políticas de integração forçada. Essa obra se torna, assim, um ato de resistência cultural e política, destacando a força e a resiliência dos povos indígenas brasileiros. Em uma sociedade marcada por desigualdades e preconceitos, "Falas da Terra" surge como um convite à empatia e à ação, nos lembrando que a preservação das culturas indígenas é vital para a construção de um futuro mais justo e plural.

Os povos originários enfrentam uma série de violências, que vão desde a usurpação de terras e recursos naturais até a violência física e cultural. A depreciação de suas línguas e culturas contribuem para a exclusão social desses grupos, tornando ainda mais difícil a luta pela preservação de suas identidades. Portanto, é fundamental

reconhecer e enfrentar a violência linguística como parte de um sistema mais amplo de opressão que afeta diretamente a vida e os direitos dos povos indígenas. O racismo linguístico atinge aqueles cuja língua materna ou dialeto não corresponde ao que é considerado “padrão” pela sociedade dominante. A preservação cultural dos povos nativos está ligada à manutenção de suas línguas ancestrais, que carregam consigo séculos de história, tradições, conhecimentos e conexões com o ambiente natural, ao desencorajar o uso das línguas originárias se compromete à transmissão intergeracional de saberes e práticas culturais, contribuindo para o processo de assimilação e perda de identidade.

Para Anzaldúa (2009), nós usamos as diferenças linguísticas umas contra as outras, porque internalizamos o modo como a língua tem sido usada contra a gente pela cultura dominante. A referida autora destaca a complexa dinâmica entre identidade linguística e poder cultural ao reconhecer que as diferenças podem ser instrumentalizadas como ferramentas de opressão. A observação de Anzaldúa (2009) ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da linguagem na construção e reprodução de hierarquias sociais e sugere uma chamada à ação para desafiar e reconstruir essas estruturas de poder. Tendo isso como ponto de partida, o documentário “Falas da Terra” (2022) oferece uma oportunidade de explorarmos através de relatos e experiências como o racismo linguístico pode afetar na luta por comunidades indígenas se manterem vivas na sociedade, uma vez que os povos originários carregam consigo o peso do racismo há séculos. Os padrões que a sociedade impõe sobre a linguagem contribuem para o fortalecimento desse preconceito. No documentário “Falas da Terra”, podemos identificar o quanto os povos nativos sofrem para manter sua cultura viva.

A língua opera no nosso pertencimento – ou na negação no mundo. A valorização e a preservação das línguas indígenas são essenciais para promover a inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural. Assim, Sousa e Magalhães (2012, p.3) mencionam que “desde as primeiras invasões do território que passou a se chamar de Brasil, seus primeiros habitantes erroneamente denominados de “índios” foram alvo de preconceitos e discriminações”. Quando uma língua dominante é imposta, como a portuguesa em nosso território, carrega consigo valores, perspectivas e histórias que não refletem as realidades e vivências das comunidades indígenas. Isso leva à supressão das línguas e culturas locais, resultando em uma perda de identidade e conexão com suas raízes ancestrais.

A linguagem nos permite nomear o mundo ao nosso redor, transmitir valores e crenças, contar histórias e preservar a memória coletiva. Essa é a base da construção de qualquer sujeito dentro de uma sociedade. De acordo com Nascimento e Silva (2015), “herdamos uma tradição de lidar com línguas sem vida – ou com línguas dissociadas da vida”. Isso levanta questões sobre a eficácia dos métodos de ensino e de estudo das línguas, destacando a importância de uma abordagem mais dinâmica e contextualizada para sua compreensão e uso, tendo em vista que para os povos nativos ter conhecimento da sua língua mãe e também ter acesso ao passado dos seu povo e principalmente manter viva a luta por sobrevivência.

Tendo como ponto de partida o que foi mencionado anteriormente, Nascimento e Magalhães (2012, p.04) dizem que “em todos os níveis de ensino é preciso, pois, estimular uma discussão nesse sentido, a fim de que a prática educativa, na atualidade, inclua essa reflexão como sendo um olhar pelo retrovisor da história e da prática educacional”. Combater o racismo linguístico não é algo fácil, os povos nativos sofrem com a discriminação linguística e social, lutas e mais lutas, são as marcas de uma sociedade que segue os ensinamentos da colonização até os dias atuais.

É assim que, diante do exposto, a referida pesquisa se delimita com os seguintes objetivos:

Objetivo geral: investigar como as identidades indígenas são coconstruídas no documentário “Falas da Terra”.

Objetivos específicos: a) Identificar o modo como o racismo linguístico, no campo da linguagem, e exposto no documentário “Falas da Terra”; b) Compreender o modo como a resistência à colonialidade constitui a identidade indígena no documentário “Falas da Terra”; c) Analisar como o racismo linguístico e a resistência à colonialidade edificam as identidades indígenas no documentário "Falas da Terra".

Segundo Nascimento (2019, p.95), “é complexo afirmar o preceito de uma decolonialidade sem pensar o papel da linguagem”. A linguagem, nesse cenário, não apenas um meio de comunicação, mas um elemento fundamental da identidade cultural e da resistência dos povos indígenas frente à colonização. Deve-se observar como as línguas dos povos nativos foram historicamente marginalizadas e associadas à inferioridade, sendo substituídas pelas línguas coloniais, como o português, em um processo violento de apagamento linguístico e cultural. O documentário traz à tona como os povos originários lutam não só pela preservação de suas terras, mas também

pela sobrevivência de suas línguas, que são elementos centrais de suas culturas e memórias.

Diante as possibilidades, formulamos duas hipóteses principais que orientaram nossa investigação sobre as complexidades dessa problemática e suas implicações sociais: a) Partindo das experiências compartilhadas pelas comunidades indígenas no documentário “Falas da Terra”, sugere-se que o racismo linguístico pode violentar as línguas indígenas, o que possivelmente contribui para a perpetuação/manutenção do racismo, gerando um ciclo de discriminação que afeta a vida, a autoestima e a participação desses grupos na sociedade; b) Considerando as narrativas apresentadas no documentário "Falas da Terra", o racismo linguístico enfrentado pelos povos nativos pode resultar negativamente na manutenção intergeracional de suas tradições culturais, dificultando a preservação identitária.

Este estudo surgiu através do interesse em conhecer as diversidades culturais e linguísticas. A riqueza das tradições, histórias e modos de vida dos diferentes povos sempre fascinou a pesquisadora e a motivou a buscar aprender mais. O interesse se intensificou com o primeiro contato com as lutas indígenas, as narrativas de resistência pela preservação de sua cultura e pelos direitos fundamentais para viver, ter suas terras e manter suas tradições. Nota-se a necessidade de investigar o que perpassa o racismo linguístico que vem contribuindo para o apagamento de identidades e culturas dos povos nativos. A língua é nossa maior herança e uma vez violentada todos podem sofrer com as consequências. A cultura dos povos indígenas, sua língua e crenças precisam ser preservadas, pois fazem parte de quem somos, de onde viemos e de como tudo começou. Linguagem, cultura e identidade são três pilares cruciais para a formação de todo sujeito na sociedade.

Esta pesquisa é crucial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de diversidade linguística e cultural, além de buscar contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa socialmente e respeitosa com a diversidade. Portanto, pode contribuir e fornecer *insights* para análise de políticas públicas e ações afirmativas voltadas para os povos indígenas no Brasil, além de ampliar nossa compreensão sobre a diversidade humana. Rajagopalan (2003, p. 27) menciona que “da mesma forma que a língua é conceituada em termos de tudo ou nada, seus falantes também são”. Sendo assim, este estudo enriquece o entendimento sobre culturas frequentemente subrepresentadas pela mídia. Além disso, promove a

conscientização sobre questões de direitos humanos, sustentabilidade e preservação linguística.

No âmbito da universidade, esse estudo representa uma contribuição significativa para pensar um currículo acadêmico mais inclusivo e diversificado. A investigação visa ampliar o conhecimento existente ao explorar criticamente as dinâmicas de racismo linguístico que excluem as línguas indígenas. Ao destacar os desafios enfrentados pelas comunidades na preservação de suas línguas, a pesquisa promove uma compreensão mais profunda das intersecções entre linguagem, identidade cultural e resistência. Além disso, fortalece a conexão entre a academia e as comunidades indígenas, garantindo que suas perspectivas sejam integralmente consideradas nas discussões acadêmicas, contribuindo para diálogos mais amplos sobre a valorização e proteção das línguas nativas e, também, para futuras pesquisas voltadas para os povos nativos.

Embora o documentário "Falas da Terra" seja uma obra significativa, ele ainda não foi amplamente explorado academicamente. Esta pesquisa é de suma importância para a universidade, pois busca preencher essa lacuna ao oferecer uma análise do racismo linguístico e da preservação cultural indígena na produção midiática, temas centrais do documentário. Ao abordar essas questões, o trabalho contribuirá para um entendimento mais profundo e crítico da obra, enriquecendo o acervo acadêmico da instituição. Ao conduzir pesquisas sobre o racismo que os indígenas sofrem, a universidade articula, como espaço de saber e poder, a responsabilidade social. Esse engajamento não apenas eleva o prestígio da instituição, mas também propicia um ambiente mais inclusivo e rico em saberes, abrindo portas para promover futuros eventos, cursos e atividades que valorizam e difundem a diversidade cultural indígena. Isso cria um espaço de aprendizagem e respeito mútuo, fortalecendo a identidade cultural na universidade e seu compromisso com a justiça social.

Nesta pesquisa, é proposto um levantamento bibliográfico para embasar o referido estudo, considerando autores como Nascimento e Silva (2015) que fornecem uma base teórica sobre políticas educacionais no Brasil; Bagno (1999, 2011) para a compreensão das questões linguísticas e do preconceito linguístico; Lopes (2008, 2006) para entender o contexto social e os questionamentos e a forma homogênea como o sujeito é teorizado; Nascimento (2019) para analisar as políticas públicas e seu impacto nas comunidades indígenas; Mattos e Moreira (2020) abordam a

interação entre políticas públicas e educação indígena, Werá (2020) proporcionará uma visão interna das comunidades indígenas, Anzaldúa (2009) trata de fronteiras culturais e identidades híbridas, e Rajagopalan (2003) para aborda a linguagem e questões éticas, bem como dados estatísticos fornecidos pelo IBGE (2010) e pela FUNAI (2022) que fornecem contexto demográfico e condições socioeconômicas das populações indígenas.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma análise qualitativa e explicativa do documentário "Falas da Terra", complementada por uma revisão de estudos e teorias já existentes. Dessa forma, André e Ludke (1986, p.26) mencionam que na “pesquisa qualitativa usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, o que apresenta uma série de vantagens. Assim, Gil (2022, p. 42) destaca que “na pesquisa explicativa é o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porque das coisas.” Esse tipo de pesquisa é essencial para a construção de teorias e para a elaboração de explicações fundamentadas, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento científico.

Utilizando a análise documental como método principal, busca-se interpretar e compreender os conteúdos apresentados no documentário “Falas da Terra”, explorando seus temas, narrativas e contextos.

O documentário é uma fonte primária, pois é um material audiovisual que contém informações diretas e originais sobre o assunto tratado. Este tipo de fonte não teve um tratamento analítico extenso no contexto acadêmico, diferentemente de livros ou artigos científicos. Sendo assim, proporcionamos uma análise crítica e interpretativa do documentário, examinando suas narrativas, imagens, entrevistas e mensagens. Este processo de análise e interpretação é característico da pesquisa documental.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta um breve panorama teórico sobre a linguística aplicada e o racismo linguístico. Em seguida, o terceiro capítulo discute a resistência e o apagamento das línguas indígenas. O quarto capítulo é dedicado à análise do documentário "Falas da Terra". Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais.

2. LINGUÍSTICA APLICADA E RACISMO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, aprofundamos a relação entre a Linguística Aplicada e o racismo linguístico. Exploraremos como a linguagem, muitas vezes vista como um instrumento imparcial, pode ser utilizada para perpetuar desigualdades sociais e raciais. Através de exemplos concretos, demonstraremos como microagressões linguísticas, estereótipos e preconceitos se manifestam em diferentes contextos comunicativos. Além disso, discutiremos como a Linguística Aplicada pode contribuir para a identificação e desconstrução desses mecanismos. Neste capítulo, buscamos identificar o modo como o racismo se manifesta no campo da linguagem, para mover subsídios teórico e de análise do documentário “Falas da Terra”. Utilizando a lente da Linguística Aplicada, analisaremos como essas práticas linguísticas contribuem para a manutenção de um sistema racista e como podemos, através da linguagem, construir um futuro mais justo socialmente.

A Linguística Aplicada, como campo interdisciplinar, dedica-se ao estudo prático das questões relacionadas ao uso da linguagem em diversos contextos sociais e educacionais. Esse campo da linguística se concentra em aplicar teorias e métodos linguísticos para resolver problemas concretos. Lopes (2006, p. 21) destaca que “onde as pessoas vivem e agem, deve considerar a compreensão das mudanças relacionadas a vida social, sociocultural, política e histórica que elas experienciam”. Dentro desse escopo, um dos temas emergentes é o racismo linguístico, que se refere às discriminações e preconceitos baseados no racismo e manifestados na linguagem que um indivíduo utiliza. Tal fenômeno revela-se na desvalorização de dialetos e sotaques de grupos marginalizados, por exemplo, perpetuando desigualdades raciais e sociais. Portanto, a Linguística Aplicada não apenas investiga a estrutura e função da linguagem, mas também desempenha um papel crucial na promoção da equidade e da justiça social ao abordar e combater práticas discriminatórias no uso da linguagem. Assim, Moita Lopes (2008) afirma que:

Os questionamentos que as Ciências Sociais colocavam à modernidade e as indagações sobre como o sujeito social era teorizado de forma homogênea, tendo as diferenças que o constituem apagadas no interesse de prestigiar aqueles colocados em posição de hegemonia nas assimetrias

sociodiscursivas, foram fundamentais ao fazer o vasto campo das Ciências Sociais e Humanas, se reterizarem em termos de visões pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais e quer. As implicações da redescção do sujeito social são centrais nessa vertente e têm desdobramentos epistemológicos (Lopes, 2008, p.18-19)

O referido autor destaca uma crítica profunda à modernidade, especialmente no que tange à forma como o sujeito social é frequentemente teorizado de maneira homogênea, apagando diferenças cruciais em favor de manter as assimetrias de poder. As Ciências Sociais e Humanas, em resposta a essa crítica, têm se intensificado através de perspectivas pós-estruturalistas, feministas, antirracistas, pós-coloniais. Essas correntes reconfiguram nossa compreensão do sujeito social e suas implicações epistemológicas. Em relação à Linguística Aplicada, essa crítica e reconfiguração têm um efeito significativo. Tradicionalmente, a linguística aplicada focou em problemas práticos relacionados à linguagem, como o ensino de línguas e tradução. No entanto, as correntes pós-estruturalistas e outras mencionadas por Lopes (2008) introduzem uma dimensão crítica que questiona as práticas hegemônicas e busca a justiça social.

No ensino de línguas, as abordagens tradicionais, por vezes, negligenciaram as identidades e as experiências diversas dos aprendizes, tratando-os como um grupo homogêneo. Essa homogeneização é particularmente problemática quando se consideram as línguas indígenas, que carregam consigo não apenas formas linguísticas distintas, mas também culturas, histórias e perspectivas únicas. Nascimento (2019, p.13) reforça que “o combate às línguas já faladas pelos povos originários e negros figura como um dos primeiros atos do mito da brasilidade linguística entre nós, gerando, ao mesmo tempo, epistemicídio e linguicídio”. O epistemicídio, destruiu sistemas de conhecimento ancestrais, ricamente codificados nas línguas indígenas e africanas. Essa supressão impediu a transmissão oral de saberes tradicionais sobre a natureza, a sociedade, a espiritualidade e a história desses povos. O Linguicídio Causou a morte de línguas, com a consequente perda de um patrimônio cultural incalculável. Cada língua é um universo único de sons, gramáticas e significados, que molda a forma como pensamos e percebemos o mundo

O referido autor destaca um aspecto crítico da história linguística do Brasil, a supressão deliberada das línguas faladas pelos povos originários e negros. No contexto do mito da brasilidade linguística (Nascimento, 2019), idealiza uma identidade nacional homogênea, a diversidade linguística é vista como uma ameaça.

Esse processo marginalizou as línguas originárias, resultando em epistemicídio (destruição de saberes) e linguicídio (morte de línguas), apagando conhecimentos e culturas inteiras. Matar a língua de um povo é matar suas raízes e culturas, destruir o que foi feito durante séculos. O racismo linguístico exclui e tira a identidade dos povos indígenas, Marinho (2002) destaca que:

A hierarquização dos saberes no ocidente reflete a hierarquização dos povos subjugados na colonização. Com isso não apenas imprime-se aos sujeitos um lugar de inferioridade, mas também se delega desprestígio aos saberes em que fundamenta sua existência, onde a língua tem centralidade e assim temos o movimento que se retroalimenta. (Marinho, 2022, p.49)

Diante disso, podemos destacar uma correlação entre a hierarquização dos saberes no contexto ocidental e a subjugação dos povos durante os períodos coloniais. O autor mencionado indica que essa estrutura não apenas atribui uma posição de inferioridade aos indivíduos, mas também desvaloriza os conhecimentos que fundamentam suas culturas e existências. A centralidade da língua nesse processo é apontada como um elemento crucial, sugerindo que o menosprezo aos saberes não dominantes é reforçado por meio da imposição linguística. Essa reflexão ressalta a interconexão entre poder, conhecimento e linguagem, evidenciando um ciclo em que a desvalorização dos saberes marginalizados é perpetuada e legitimada. Assim, Faraco (2008) destaca que:

O Brasil, embora mostrando uma relativa unidade linguística, decorrente da hegemonia historicamente construída da língua portuguesa, continua um país com imensas dificuldades para reconhecer sua cara linguística (ainda hoje não há uma aceitação clara de que somos um país multilíngue, com centenas de línguas indígenas e dezenas de línguas de imigração todas elas minoritárias, mas partes significativas do nosso patrimônio do nosso patrimônio cultural. (Faraco 2008, p.181)

A realidade linguística brasileira é marcada por um rico mosaico de línguas indígenas e de imigração, as centenas de línguas nativas e as dezenas de imigração. Embora sejam partes fundamentais do patrimônio cultural brasileiro, continuam sendo marginalizadas e ameaçadas de extinção. Faraco (2008) nos lembra que as línguas não são apenas ferramentas de comunicação, mas também carregam em si a história, a cultura e a identidade de um povo. Falas da Terra" (2022) nos mostra como as línguas originárias e as de imigração são muito mais do que simples códigos linguísticos. Elas são formas de ver o mundo, de pensar e de relacionar-se com a natureza e com os outros. Ao documentar a luta dessas comunidades por

reconhecimento e valorização de suas línguas, o documentário nos convida a refletir sobre o nosso papel na preservação desse patrimônio cultural.

Ao segregar uma língua, tal fenômeno revela-se como uma ferramenta de opressão multifacetada, cujos efeitos são profundamente firmados nas estruturas sociais e culturais. Marinho (2022, p. 190) destaca que “conceber a língua no vínculo é salutar para entender que os diferentes povos possuem códigos linguísticos”. A afirmação mencionada anteriormente no contexto de vínculo reforça a ideia de que as línguas não são meros instrumentos de comunicação, mas sim elementos profundamente enraizados nas relações sociais, culturais e espirituais de uma comunidade. Ao mencionar que diferentes povos possuem códigos linguísticos próprios, Marinho (2022) nos convida a valorizar e respeitar a singularidade de cada grupo étnico.

Podemos destacar as questões de invisibilidade e desconhecimento que afetam os povos originários no Brasil. Esse estudo desvenda a opressão e destaca a importância do reconhecimento e valorização da diversidade, utilizando uma abordagem coerente.

De acordo com dados do IBGE (2010) e da FUNAI (2022), o Brasil abriga mais de 300 povos indígenas que falam uma multiplicidade de línguas e possuem uma rica diversidade cultural. Esta diversidade é um patrimônio imaterial inestimável, que contribui para a pluralidade da sociedade brasileira como um todo. A opressão que os povos originários sofrem se manifesta na forma de preconceitos e na negação da identidade indígena, perpetuando o isolamento desses povos, além disso, há a violência cultural, que tenta apagar suas tradições, línguas e modos de vida, impondo uma assimilação forçada. A violência física também é uma realidade alarmante, com assassinatos de líderes indígenas, conflitos com grileiros, fazendeiros e garimpeiros, e a negligência do Estado em protegê-los. Esses atos refletem uma tentativa sistemática de silenciar e eliminar os povos originários, perpetuando um ciclo de opressão que ameaça sua existência e resistência. Para combater essa opressão, é essencial promover a educação e a conscientização sobre a presença e a contribuição dos povos indígenas em todas as regiões do Brasil. Além disso, é crucial reconhecer e respeitar as variadas formas de vida e de organização social que cada povo possui, valorizando suas línguas e culturas únicas. Assim, Bagno (2011) explica que:

Algumas línguas não possuem formas reconhecidas como padrões e algumas culturas não são culturas de língua padrão a relatos de que alguns estados de língua não são concebidos por seus talentos por nos Estados particulares definíveis com fronteiras Claras, delimitando-as como distintos de outros estados de línguas. (Bagno, 2011, p. 64)

A desvalorização não é apenas um reflexo do Racismo linguísticos, que ocorre quando línguas ou formas de falar de povos indígenas, negros ou comunidades marginalizadas são consideradas inferiores, impróprias ou erradas, enquanto a língua padrão é vista como superior. Essa prática perpetua a exclusão social, cultural e econômica, além de silenciar identidades e estudos, mas está profundamente ligada às estruturas de poder que perpetuam a hierarquização social. A ausência de um reconhecimento formal para certas línguas e a negação de sua legitimidade como padrão refletem e reforçam as relações desiguais de sobrevivências. Em contextos onde apenas o dialeto de uma elite dominante é considerado padrão, falantes de outras variantes linguísticas podem ser estigmatizadas. Isso se traduz em oportunidades limitadas de acesso à educação, emprego e participação plena na sociedade. Além disso, a imposição de um padrão linguístico específico pode levar à perda de diversidade linguística e cultural. Portanto, o racismo linguístico atua como uma ferramenta de opressão ao negar a pluralidade linguística e cultural, impondo um padrão único que privilegia certos grupos em detrimento a outros.

2.1 A Imposição Linguística como ataque à Identidade

Este subtópico aborda a imposição linguística como uma forma de ataque à identidade cultural, especialmente das populações indígenas. A imposição de línguas coloniais, como o português, historicamente serviu como ferramenta de dominação, violentando as línguas nativas e minando a transmissão de saberes tradicionais. Esse processo, além de deslegitimar as culturas locais, foi parte de um projeto de apagamento identitário, em que a língua dominante passa a ser símbolo de poder e controle, dificultando a preservação e valorização das identidades culturais dos povos subjugados.

Discutimos, então, como a imposição linguística pode ser vista não apenas como uma ferramenta de opressão, mas também como um meio de manutenção e

resistência da identidade cultural. Através da imposição de uma língua hegemônica, certas culturas, especialmente povos indígenas e minorias, têm adaptado suas tradições e modos de vida, ressignificando a língua imposta como uma forma de preservação de sua identidade. O capítulo explora como, apesar das pressões externas, essas comunidades mantêm vivas suas línguas nativas e culturas, integrando elementos da língua dominante sem perder a essência de sua identidade.

A imposição linguística faz um ataque direto à identidade de grupos minoritários, ao desconsiderar e suprimir suas línguas nativas. Esse processo de dominação cultural não apenas desvaloriza os sistemas linguísticos próprios dessas comunidades, mas também mina a transmissão de saberes e tradições que são ligados à linguagem. A língua é um componente vital da identidade cultural e pessoal, e a tentativa de erradicação forçada resulta na perda de um patrimônio imaterial único e insubstituível. Consequentemente, a imposição linguística representa uma tentativa de apagar a diversidade e homogeneizar culturas sob a égide de uma língua dominante, enfraquecendo a continuidade cultural dos povos afetados.

Esse fenômeno pode ser visto em contextos coloniais, em políticas de assimilação cultural e até mesmo em situações mais sutis no cotidiano. Quando uma língua é imposta sobre outra, pode causar uma série de consequências negativas, incluindo a repulsa do seu pertencimento dentro de uma sociedade e a exclusão de grupos linguísticos minoritários. Essa discussão é importante para entendermos como a linguagem pode ser utilizada como uma ferramenta de silenciamento e como as políticas linguísticas podem afetar profundamente a identidade e a inclusão social. A língua representa o que somos e sentimos, Nascimento (2019) deixa explícito que:

Assim, não se pode afirmar a língua como um lugar pacífico. A língua é um lugar de muitas dores para muitos de nós. A ideia de língua nacional passa a ser perigosa à medida que, ao contrário de apenas se contrastar com um projeto dominante maior, ela passa a ignorar centenas de línguas já existentes no seio de um território. É o caso das línguas indígenas brasileiras. (Nascimento, 2019, p. 21)

A língua não é apenas um meio de comunicação, mas um campo de conflito, disputa e dor, especialmente para aqueles cujas línguas foram assassinadas ou suprimidas. A noção de uma língua nacional pode ser perigosa quando ela sobrepõe as locais, como é o caso dos povos originários aqui no Brasil, quando se despreza a diversidade linguística existente no país, a complexidade da linguagem como um

campo de conflito e identidade. A língua também é um terreno no qual antagonismos e injustiças ocorrem. É por meio da língua que somos confrontados com a realidade de que as políticas linguísticas, muitas vezes, suprimem certas comunidades linguísticas. No contexto brasileiro, as línguas indígenas são um exemplo disso, pois são, frequentemente, subjugadas em favor da nacionalidade ou da ideia de nação. A imposição nacional pode resultar na falha da formação de identidade e na exclusão social para essas comunidades, evidenciando a necessidade de políticas linguísticas mais inclusivas e sensíveis à diversidade do país, assim evidencia Wéra (2020) ao relatar que:

Os portugueses os mestiços e mesmo a igreja católica no intuito de doutrinação adotaram a língua boa e se aprofundaram no conhecimento da cosmogonia nativa. Com o tempo a língua incorporou vocábulos portugueses tornando-se o que os Jesuítas chamam de língua geral dos povos ou língua brasílica. Essa língua só não se fixou como língua brasileira porque em 3 de maio de 1757 seu ensino e seu uso público foram proibidas por ordem real. A corte que começou a perceber que a cultura Tupi era nacionalmente reconhecida e apesar das investidas da doutrina religiosa e social aos poucos os povos daqui incorporaram a cultura local. (Werá, 2020, p.52)

Destaca-se a dinâmica linguística e cultural no contexto da colonização portuguesa no Brasil, a Igreja Católica visando à doutrinação, adotaram a língua tupi, a "língua boa" e exploraram a cosmogonia nativa. Com o tempo, a língua originária incorporou elementos do idioma português, culminando na chamada "língua geral dos povos" ou "língua brasílica", reconhecida pelos jesuítas. No entanto, em 1757, por ordem real, seu ensino e uso público foram proibidos, impedindo sua consolidação como língua nacional. A análise aponta para a resistência cultural dos povos indígenas, que apesar das pressões doutrinárias e sociais, gradualmente incorporaram elementos de sua própria cultura. Esse processo demonstra a complexidade das relações coloniais e a persistência da diversidade cultural no Brasil colonial.

A dominação linguística, frequentemente imposta pelos colonizadores e perpetuada pelo Estado não só silencia as línguas nativas, mas também desestabiliza as estruturas sociais e culturais que são ligadas a essas línguas. Ao suprimir as línguas originárias, a política de imposição linguística não apenas desvaloriza a comunicação cotidiana, mas também mina a transmissão intergeracional de conhecimentos, histórias e valores culturais. No documentário Falas da terra (2022), é notório o quanto a língua representa as lutas, e principalmente o quanto é importante

na formação do “Eu”, vai além do “falado”. No contexto dos povos originários, é preciso manter a língua mãe viva e manter sua cultura e identidade.

Em “Falas da Terra” (2022), identificamos que uma das dificuldades em manter os conhecimentos indígenas vivos é o apagamento da linguagem, a língua mãe dos povos originários é o espelho que reflete a sua história. As palavras carregam consigo valores e lutas e sentidos que identificam uma cultura, quando uma língua desaparece carrega consigo conhecimentos e principalmente a forma como se vê o mundo ao seu redor, é o símbolo de resistência e sobrevivência, como menciona Moita Lopes 2013, p. 52:

As mudanças sociais, culturais, políticas, econômica etc., qualificadoras da modernidade recente, teorizadas nas ciências sociais e humanas, por meio da crítica a visões essencialistas e homogeneizantes de quem somos e da língua(gem), a produção do conhecimento como verdade objetiva, assim como visões estruturalistas do conhecimento etc. (Moita Lopes 2013, p. 52)

O referido autor acima apresenta uma abordagem crítica sobre transformações sociais e as novas perspectivas teóricas que de tal modo emergiram nas ciências humanas e sociais. Na obra áudio visual, corpus deste trabalho, aborda a diversidade dos povos originários e suas lutas por reconhecimento e valorização dessas línguas. A perspectiva desse documentário, podemos identificar as seguintes conexões, a desconstrução de estereótipos, ao da voz aos falantes, como também a luta por reconhecimento, quando retrata a luta dos povos nativos por políticas públicas que garantem reconhecimento e desafiando a visão hegemônica.

De acordo com Regis (2017, p. 252), “independente da normatividade linguística empregada por corpos radicalizados, a posição desses sujeitos será confundida com um espaço de subalternidade e deficiência”. O autor aponta para uma problemática profunda e persistente em nossas sociedades, a relação entre linguagem, identidade e resistência. Normatividade linguística que se refere às regras e padrões considerados "corretos" em uma determinada língua, muitas vezes associados a grupos sociais dominantes. Os corpos radicalizados dos indivíduos que são categorizados e estigmatiza com base em sua raça ou etnia, como a subalternidade, posição social de inferioridade, submissão e falta de poder.

Independentemente de como os corpos se expressem linguisticamente, sua posição social pré-existente os torna vulneráveis a serem percebidos como inferiores ou deficientes. Ou seja, a linguagem, por si só, não é suficiente para desafiar as

estruturas de resistência que marginalizam. Ao analisar a experiência dos povos nativos, podemos entender como a normatividade linguística e a associação entre língua e resistência contribuem para a marginalização de grupos radicalizados. Conforme Simões Pessoa (2023) deixa explícito:

O pensamento moderno colonial consiste em um sistema de separação social, cultural e epistêmica, com o objetivo de colocar o homem idealizado – branco, europeu, heterossexual, classe média alta, letrado – no centro do poder e da racionalidade do mundo. (Simões Pessoa 2023, p. 168.)

Assim Simões Pessoa destaca um aspecto crítico do colonialismo moderno que ainda ressoa em nossas estruturas sociais contemporâneas. A ideia de um "sistema de separação social, cultural e epistêmica" sugere que as hierarquias estabelecidas não são apenas questões de poder político ou econômico, mas também envolvem uma construção identitária. Ao colocar o "homem idealizado" no centro, a afirmação enfatiza uma visão estreita e excludente de humanidade que marginaliza grupos diversos, incluindo aqueles que não se encaixam nesse perfil – como pessoas de outras raças, culturas, sexualidades diversas, classes sociais e linguísticas, por exemplo. Isso remete à construção de estereótipos e preconceitos que perpetuam discriminações.

O uso de termos como "poder" e "racionalidade" aponta que essa centralização não apenas influencia a distribuição de recursos, mas também molda o que é considerado conhecimento e verdade válida. Dessa forma, estigmatiza-se e deslegitima saberes e experiências que não se alinham com essa perspectiva eurocêntrica. Os povos originários não apenas enfrentaram a violência direta da colonização, mas também a imposição de uma visão de mundo que desconsidera suas estruturas sociais, seus conhecimentos tradicionais e sua relação com a terra. A "separação social, cultural e epistêmica" mencionada pelo autor reflete o modo como as sociedades indígenas foram tratadas como inferiores, sendo muitas vezes despojadas de suas identidades e modos de vida em prol da assimilação a um ideal eurocêntrico.

Além disso, ao colocar o "homem branco" no centro do poder, o pensamento colonial marginaliza as vozes nativas. A sabedoria ancestral dos povos indígenas, que valoriza a espiritualidade, a coletividade e a conexão com a natureza, é frequentemente deslegitimada em um sistema que privilegia a lógica racional

ocidental. Essa exclusão não só perpetrava um sistema de desigualdade, mas também levou à perda de diversidade cultural e de conhecimentos que são cruciais para abordar os desafios globais contemporâneos, como as crises ambientais.

2.2 A colonização como um projeto de dominação linguística

O colonialismo linguístico deixou marcas profundas na sociedade durante a colonização brasileira, foi uma estratégia para silenciar e submeter os povos indígenas. No entanto, esta subseção demonstra como os povos originários resistiram a essa imposição, buscando preservar suas línguas. A luta pela valorização linguísticas indígenas é uma jornada que perdura até os dias atuais, e este estudo busca contribuir para a compreensão das raízes históricas desse conflito e das estratégias de resistência dos povos nativos.

Cada língua contém um universo único de conhecimento e perspectiva de mundo. A resistência à dominação linguística, portanto, não é apenas uma questão de poder, mas de resistência e valorização da pluralidade cultural. Assim podemos mencionar Quijano e Aníbal, 2005 ao destacarem que:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. (Quijano e Aníbal, 2005, p.117)

Os autores Quijano e Aníbal oferece uma lente poderosa para analisar a globalização como um processo histórico marcado pela dominação colonial e pelo eurocentrismo. Ao conectar a globalização à construção da América e ao capitalismo moderno, destaca-se a centralidade da classificação racial na manutenção do domínio. Essa perspectiva se alinha com o documentário "Falas da Terra" (2022), que, ao dar voz aos povos nativos, evidencia como a colonialidade do poder e a imposição de uma visão de mundo eurocêntrica marginalizaram e silenciaram suas culturas e conhecimentos. Em ambos, a afirmação do autor e o documentário mencionado anteriormente, demonstram a persistência das desigualdades herdadas do colonialismo e a importância de descolonizar o conhecimento para construir um futuro

mais justo e equitativo, em que as vozes e as perspectivas dos povos nativos sejam reconhecidas e valorizadas.

Em outras palavras, a afirmação do autor e o documentário se complementam ao mostrar como a globalização, em vez de um processo neutro, é profundamente marcada pelas relações de poder estabelecidas durante o imperialismo. Ao desvelar as raízes históricas das desigualdades e ao dar voz aos marginalizados, ambos contribuem para uma compreensão mais crítica e completa do mundo contemporâneo.

Ao analisar as desigualdades sociais presentes nas sociedades contemporâneas, é fundamental compreender o conceito de colonialidade. Segundo (Castro e Grosfoguel, 2007, p.131), enquanto o colonialismo se refere a uma relação política e econômica de dominação direta, a colonialidade abrange as estruturas de poder, conhecimento e cultura que persistem mesmo após o fim do domínio colonial formal. Ou seja, representa a herança duradoura do colonialismo, moldando as sociedades contemporâneas de maneira profunda e complexa.

A colonização da América Latina não foi apenas um evento histórico, mas um processo que moldou as estruturas sociais e econômicas da região de forma profunda e duradoura. A colonialidade, como conceito que nos ajuda a compreender as heranças coloniais, revela como as desigualdades sociais persistentes na América Latina estão intrinsecamente ligadas às estruturas de poder e aos sistemas de conhecimento instituídos durante o período colonial. A concentração de riqueza, o racismo institucional e a exclusão social são expressões concretas dessa herança neocolonial. A descolonialidade portanto, não é apenas um processo político, mas uma transformação profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais. Podemos analisar as lutas dos povos indígenas por seus direitos territoriais, linguísticos, culturais e políticos, como forma de resistência.

Segundo Nascimento (2009, p.93), “o discurso é o lugar onde o mundo se cria e recria”. O autor nos convida a refletir sobre o papel ativo da linguagem na construção de nossas realidades sociais. No entanto, é importante ressaltar que essa construção não ocorre em um vácuo, mas está condicionada por relações de poder e por estruturas sociais preexistentes. Em "Falas da Terra", as narrativas dos povos indígenas moldam a forma como compreendemos a relação entre os seres humanos e a natureza, criando uma cosmovisão particular e desafiando as narrativas dominantes. Sendo assim, a linguagem nos permite compreender como as

representações linguísticas podem tanto reproduzir as desigualdades sociais quanto contribuir para a sua transformação.

Uma das principais contribuições de "Falas da Terra" (2022) é a oportunidade de ouvir diretamente dos próprios indígenas suas histórias, suas perspectivas e seus desafios. Ao romper com a narrativa dominante, que muitas vezes invisibiliza ou estereotipa os povos nativos, o documentário oferece uma visão mais autêntica e complexa sobre essas culturas, a referida obra contribui para desconstruir estereótipos persistentes sobre os indígenas, como a ideia de que são um povo homogêneo, do passado e desconectado da realidade contemporânea. Ao mostrar a diversidade cultural, linguística e social dos povos originários, "Falas da Terra"(2022) desafia a visão romantizada que muitas vezes é apresentada sobre esses povos.

Outro ponto importante que o documentário desconstrói é o indígena como uma figura do passado, muitas vezes, são retratados como pertencentes a um passado distante, desconectados da realidade contemporânea. "Falas da Terra" (2022) demonstra que os povos indígenas são sujeitos históricos, com suas próprias lutas e desafios no presente.

3 RESISTÊNCIA E APAGAMENTO: AS LÍNGUAS INDÍGENAS E A LUTA PELA VISIBILIDADE

A colonização europeia representou um ataque sistemático às culturas e línguas indígenas. Através de políticas de assimilação, missionarização e educação, os colonizadores buscaram eliminar as línguas nativas, impondo suas próprias línguas como forma de dominação e controle. Esse processo de apagamento linguístico teve como objetivo deslegitimar as culturas indígenas e submetê-las à cultura dominante. Sendo assim, o tema da resistência e do apagamento das línguas indígenas é crucial para entendermos os processos históricos e sociais que moldaram nossas sociedades. Ao analisar esse tema em conjunto com o documentário "Falas da Terra", podemos aprofundar nossa compreensão sobre a importância da preservação das línguas indígenas e a luta dos povos originários por seus direitos.

Apesar dos esforços para silenciá-las, as línguas indígenas resistiram e continuam a ser faladas por milhares de pessoas em todo o mundo. Essa resistência se manifesta de diversas formas, como uso cotidiano de muitas comunidades indígenas continuam utilizando suas línguas em suas atividades cotidianas, transmitindo conhecimentos ancestrais e fortalecendo seus laços comunitários. É válido mencionar os ativismos linguísticos, movimentos indígenas que têm lutado pela valorização e reconhecimento de suas línguas, reivindicando o direito à educação bilíngue e à transmissão intergeracional de seus idiomas. E também pelos projetos de valorização da cultura indígena e divulgação de obras literárias dos povos originários.

A Produção cultural a produção de literatura, música, cinema e outros produtos culturais em línguas indígenas contribui para a visibilidade e a valorização dessas línguas. Pensando no documentário "Falas da Terra (2022)", o referido documentário nos apresenta um panorama rico e diversificado das culturas indígenas brasileiras, destacando a importância da produção cultural como ferramenta para a visibilidade e valorização das línguas nativas. Ao explorarmos essa relação, podemos compreender como a linguagem, quando expressa através da arte e da cultura, torna-se um poderoso instrumento de identidade, resistência e afirmação. Ao produzir literatura, música e cinema em suas línguas indígenas, os povos indígenas estão reafirmando sua identidade e ancestralidade, transmitindo seus conhecimentos e valores para as futuras gerações e para a sociedade.

Ainda, a sociedade em geral pode conhecer a riqueza e a diversidade das culturas originárias, além de desenvolver uma maior sensibilidade para as questões indígenas. Assim como o documentário “Falas da Terra” (2022) demonstra, a luta pela visibilidade das línguas indígenas é uma luta por justiça e reconhecimento. Ao amplificar as vozes dos povos originários, estamos contribuindo para a construção de um futuro mais justo e equitativo para todos.” Nascimento (2019) destaca que:

Nenhuma língua tem cor em si simplesmente porque as línguas não existem as línguas tem sujeitos por trás delas. E esse sujeito são situados e dotados, no ocidente, o sistema da racialidade que, como disse anteriormente vem racializando sujeito nas Américas desde 1492. (Nascimento 2019, Pág., 21-22).

Nascimento (2019) aponta para um aspecto central na discussão sobre racismo linguístico: o fato de que as línguas não existem de forma independente dos sujeitos que as falam. Esse pensamento se alinha ao tema de “resistência e apagamento das línguas indígenas e a luta pela visibilidade”, pois reforça a ideia de que a opressão linguística não é apenas sobre palavras, mas sobre as pessoas e suas identidades que são racializadas e marginalizadas

Quando Nascimento menciona que “as línguas têm sujeitos por trás delas” e que esses sujeitos são racializados desde 1492 (marco da chegada dos europeus às Américas), ele evidencia como a colonização iniciou um processo violento de apagamento cultural, incluindo a destruição de línguas indígenas. De um lado, esse processo de racialização, no qual grupos indígenas foram desumanizados e forçados a adotar línguas coloniais (como o português e o espanhol), contribuiu para o apagamento das línguas originárias, pois o uso dessas línguas passou a ser associado a uma condição inferiorizada. Por outro lado, a resistência se manifesta na preservação e na revitalização dessas línguas. Ao lutarem pela visibilidade e pelo reconhecimento de suas línguas e culturas, os povos indígenas enfrentam o legado da colonização e resistem ao apagamento histórico e cultural que lhes foi imposto. A luta pela visibilidade linguística também está relacionada à recuperação de direitos e à construção de um espaço onde suas identidades possam ser respeitadas e valorizadas.

3.1 A Linguagem como Ato Político: Resistência e (Re)existência Indígena

Nesta subseção, exploraremos a complexa relação entre a língua indígena e a política, analisando como a linguagem se torna um poderoso instrumento de resistência e (re)existência para os povos indígenas. Através da investigação de casos concretos, buscamos compreender como a língua é utilizada como ferramenta de luta contra a colonização, o racismo e a imposição de culturas dominantes. A linguagem, para os povos indígenas, vai muito além da simples comunicação. Ela é um ato político de resistência e um instrumento fundamental para a (re)existência de suas culturas e identidades. Através da língua, os povos indígenas resistem à imposição de uma cultura dominante, preservam conhecimentos ancestrais e reafirmam sua identidade. A linguagem indígena é um território de disputa, onde se travam batalhas por reconhecimento, respeito e direitos. Assim a autora Veronelli, 2015 argumenta.

colonialidad del poder, describe el legado vivo del colonialismo español y portugués del siglo XVI en las sociedades contemporáneas, en la forma de una organización racializada de la sociedad que sobrevivió al colonialismo formal y fue integrada en los sucesivos órdenes sociales. (Veronelli, 2015, pg,37)

A colonialidade do poder estrutura o poder, as relações sociais e as formas de conhecimento estabelecidas nos efeitos da colonização europeia e que continua a moldar nossas sociedades contemporâneas. Ao invés de um evento do passado, a colonização é vista como um processo contínuo que se manifesta de diversas formas, como a racialização da sociedade, a hierarquização social e a exploração econômica. Uma das principais características da colonialidade é a racialização. A classificação das pessoas em categorias raciais, com a atribuição de valores e características diferentes a cada grupo, foi uma ferramenta fundamental para justificar a dominação colonial. Essa classificação racial se tornou naturalizada e continua a influenciar as relações sociais, o acesso a recursos e a construção das identidades.

Outra característica marcante é a hierarquização social. A colonização estabeleceu uma ordem social, com os europeus no topo e os povos indígenas e afrodescendentes em posições subalternas. Essa hierarquia se reproduziu nas sociedades pós-coloniais, perpetuando as desigualdades e limitando as oportunidades para os grupos marginalizados. A colonialidade do poder também se manifesta na exploração econômica. Os sistemas econômicos coloniais, baseados na extração de recursos e na exploração da mão de obra, deixaram um legado de

desigualdade econômica que persiste até os dias atuais. A concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e a pobreza generalizada da população são exemplos desse legado.

A afirmação de Nascimento (2009, p.102) de que "a própria ideia de língua portuguesa, como já dissemos, tem origem colonial de forma indireta" nos convida a uma profunda reflexão sobre a história e o impacto da língua portuguesa em nossas sociedades. Essa afirmação sublinha a intrínseca ligação entre a língua e o poder, evidenciando como a imposição da língua portuguesa durante a colonização moldou não apenas a nossa comunicação, mas também as relações sociais e de resistência. Ao destacar a origem colonial da língua, Nascimento nos alerta para a necessidade de descolonizar nossas narrativas e práticas linguísticas, questionando a naturalização de uma língua que carrega em si as marcas de um passado marcado por desigualdades e hierarquias. Essa perspectiva nos impulsiona a buscar uma compreensão mais crítica e histórica da língua portuguesa, reconhecendo a diversidade linguística e cultural presente em nossos territórios, assim ao analisar o documentário "Falas da Terra" podemos aprofundar nossa compreensão sobre a complexidade da formação da língua portuguesa no Brasil.

Ademais, subjaz a política linguística elitista nem sempre explícita das universidades a ideologia do déficit linguístico, segundo a qual as línguas autóctones são "primitivas", sabendo aos indígenas o aprendizado da língua do outro, a língua historicamente hegemônica com todos os seus aparatos e ideológicos (escrita, literatura, gramáticas, ciências, leis), soube pena de permanecer e marginalizados. (Melo e Glenda, 2023, pág., 170).

O referido autor traz à tona um problema profundamente enraizado nas instituições de ensino superior: a política linguística elitista que marginaliza as línguas indígenas. Ao afirmar que subjaz a essa política a ideologia do déficit linguístico, revela uma crença arraigada de que as línguas indígenas são "primitivas" e, portanto, inferiores à língua portuguesa. Essa visão equivocada e prejudicial tem consequências sérias para os povos indígenas. A imposição do aprendizado da língua portuguesa como condição para o acesso ao conhecimento e aos direitos é uma forma de violência simbólica que desvaloriza as culturas e os saberes indígenas. Ao exigir que os indígenas abandonem suas línguas maternas para aprender a língua do colonizador, as universidades contribuem para a perda da diversidade linguística e cultural do país. Essa prática é presente fora da universidade, como podemos

identificar no documentário “Falas da Terra” (2022) que é uma das dificuldades que os indígenas tem em sala de aula é de materiais bilíngue.

Destaca-se o papel da língua como veículo de poder e de dominação. Ao controlar a língua, os grupos dominantes impõem seus valores, suas ideias e suas formas de ver o mundo. A língua portuguesa, como língua hegemônica, carrega consigo todo um aparato ideológico que reforça a visão eurocêntrica e hierárquica da sociedade. Ao aprender a língua portuguesa, os indígenas internalizam essa visão de mundo, o que pode levar à perda de sua identidade cultural e à sua marginalização social.

É importante ressaltar que a ideologia do déficit linguístico não é explícita em apenas nas instituições de ensino superior. Muitas vezes, ela se manifesta de forma sutil, através de práticas e discursos que invisibilizam as línguas indígenas e as culturas que as sustentam. No entanto, os efeitos dessa ideologia são reais e concretos, e se manifestam na exclusão dos povos indígenas dos espaços acadêmicos, escolares e na dificuldade de acesso a direitos básicos.

A luta pela valorização e o ensino das línguas indígenas é, portanto, uma forma de resistir à homogeneização cultural e à imposição de uma única língua, o português. A educação, nesse contexto, emerge como um campo de batalha crucial, em que os povos indígenas buscam a descolonização do ensino e a valorização de seus saberes tradicionais. A formação de professores indígenas e a implementação de políticas públicas que garantam o direito à educação bilíngue para os povos nativos são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual a diversidade linguística seja reconhecida e valorizada.

3.2 Racismo Linguístico: o Poder da Mídia documental “Falas da Terra” (2022)

O racismo linguístico é uma manifestação do racismo que inferioriza e marginaliza idiomas e expressões linguísticas de comunidades tradicionais, negando-lhes espaço e valor (Nascimento, 2019). O documentário Falas da Terra (2022) atua como uma mídia que destaca o impacto desse racismo na vida dos povos indígenas ao dar-lhes voz e, também, ao escutar, para narrar suas histórias e defender a preservação de suas línguas. Ao mostrar o apagamento cultural e os desafios enfrentados para manter vivas as línguas originárias, o referido documentário

evidencia o poder da mídia em desconstruir preconceitos, reafirmando o direito desses povos à identidade e à resistência cultural.

Assim, os representantes zio karatopo e o representante dos Guarani kayo, Alberto Alves mencionam a importância dos indígenas nos cinemas e em outras manifestações artísticas:

O cinema é ritual, é coletividade é um processo que envolve muitas mãos e isso tem tudo a ver com a realidade dos povos originários além de amplificar nossas vozes tem o poder de desconstruir paradigma do que é o indígena hoje afinal nós somos ancestrais do hoje do amanhã e do outro com a câmera sou caçador da minha própria história e guardião da riqueza do povo Guarani por isso estamos aqui para ser vistos ouvidos e reconhecidos para contar quem são nossos heróis e também para provar que podemos ocupar todo e qualquer espaço. (Documentário "Falas da Terra", Prado 2022).

Desta forma, observamos o poder do cinema como ferramenta de resistência e afirmação identitária para os povos indígenas. Ao analisarmos essa perspectiva sob a lente do racismo linguístico e do documentário "Falas da Terra", podemos identificar alguns pontos cruciais. Em primeiro lugar, destaca o papel do cinema na desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, que historicamente têm sido representados de forma caricata e desumanizada pela mídia tradicional. Ao amplificar suas vozes, os indígenas reivindicam o direito de contar suas próprias histórias, em seus próprios termos, e de serem representados por eles mesmos.

A linguagem utilizada no cinema, seja através da fala, da música ou de outras formas de expressão, é uma ferramenta poderosa para a construção de identidades e a afirmação de direitos. Ao utilizar sua própria língua e seus próprios códigos culturais, os indígenas ressignificam a narrativa sobre si mesmos, combatendo assim o racismo linguístico. O documentário "Falas da Terra" (2022) exemplifica essa prática, ao apresentar a produção cinematográfica como um ritual coletivo que fortalece os laços comunitários. Os indígenas se posicionam como guardiões de sua própria história, utilizando a câmera como uma ferramenta para registrar e preservar suas tradições e conhecimentos. Ao afirmarem que podem ocupar "todo e qualquer espaço", os indígenas reivindicam o direito de estar presentes em todos os âmbitos da sociedade, incluindo a mídia.

A luta para conquistar espaço na sociedade não é fácil, o preconceito está enraizado, a colonização firmou estereótipos que são passados de geração a geração,

como acontece com as palavras e o racismo linguístico, assim Nascimento 2021 destaca que:

(...) a linguagem realmente recria um real, mas o real também cria linguagem. Mas em nenhum dos casos há prevalência de uma construção que dê margem apenas à modificação do jogo da linguagem sem modificação do jogo do real. (Nascimento 2021, pág,4).

Nascimento estabelece uma relação dialética intrincada entre a linguagem e a realidade, sugerindo que ambas se moldam mutuamente. A linguagem não é um mero reflexo passivo do mundo, mas sim um agente ativo na sua construção, recriando e dando sentido à experiência humana. Concomitantemente, a realidade, em constante transformação, exige da linguagem novas ferramentas para sua expressão, moldando assim a própria estrutura linguística. Essa interdependência é tal que não há prevalência de uma sobre a outra, qualquer alteração na linguagem repercute na nossa percepção do real, e vice-versa. A metáfora do "jogo" sublinha a dinâmica e a complexidade dessa relação, onde as regras são constantemente renegociadas. Essa perspectiva alinha-se com o construtivismo social, que defende que o conhecimento e a realidade são construções sociais mediadas pela linguagem. Portanto, convida a uma reflexão profunda sobre o poder da linguagem e sua importância na construção de nossa realidade.

A linguagem, como um poderoso instrumento social, desempenha um papel crucial na construção de nossas realidades. Tanto o discurso racista quanto a narrativa documental exemplificam essa capacidade de moldar e criar efeitos de verdade sobre a percepção e a experiência do mundo. O discurso racista, ao empregar estereótipos e generalizações negativas, contribui para a naturalização de desigualdades sociais, reforçando hierarquias e oprimindo grupos minoritários. Ao construir uma narrativa que desumaniza e inferioriza, o racismo linguístico molda a realidade social, limitando oportunidades e perpetua injustiças. Em contrapartida, a mídia documental, ao escutar e dar voz às experiências marginalizadas e desafiar narrativas dominantes, atua como uma ferramenta de descolonização e transformação social, ao oferecer novas perspectivas e visibilizar realidades muitas vezes silenciadas.

Em resumo, tanto o discurso racista quanto a narrativa documental demonstram como a linguagem molda a nossa compreensão do mundo, criando e reforçando sistemas de poder. Enquanto o primeiro serve para legitimar a opressão,

a segunda busca desconstruir essas estruturas e construir um futuro mais justo e igualitário.

4 FALAS DA TERRA: A LÍNGUA COMO RESISTÊNCIA E (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA

O documentário "Falas da Terra" (2022), produzido pela TV Globo e disponível no Globoplay e you tube, é uma obra que traz à tona as vozes e vivências de lideranças indígenas brasileiras, abordando questões relacionadas à preservação cultural, territorialidade e resistência. Lançado em celebração ao Dia dos Povos Indígenas (19 de abril), o documentário se destaca por seu formato sensível e respeitoso, permitindo que os próprios indígenas narrem suas histórias e realidades. Com seu enredo e abordagem "Falas da Terra" apresenta um mosaico de histórias contadas por indígenas de diferentes regiões do Brasil. A narrativa gira em torno de temas como a luta pela demarcação de terras, a preservação da cultura e da língua, a relação ancestral com a natureza e os desafios enfrentados diante do preconceito e da violência histórica. Ao dar espaço para essas vozes, o documentário quebra estereótipos e reforça a pluralidade das culturas indígenas no Brasil, destacando a resistência como um ato cotidiano e essencial.

Os depoimentos são intercalados com belas imagens da natureza e dos territórios indígenas, enfatizando a conexão espiritual e cultural dessas populações com o meio ambiente. Além disso, a trilha sonora e a fotografia contribuem para criar um ambiente intimista, aproximando o público das narrativas apresentadas. Entre os momentos marcantes, destacam-se as falas sobre a importância da preservação da língua indígena como forma de manter viva a identidade cultural. Há também relatos emocionantes sobre as consequências do avanço do agronegócio e da mineração em territórios indígenas, evidenciando o impacto direto dessas práticas na sobrevivência física e cultural dessas comunidades. Outro ponto de destaque é a valorização do papel das mulheres indígenas como líderes e guardiãs da tradição, mostrando como elas têm se posicionado na linha de frente das lutas por direitos.

Nesse estudo, analisamos o documentário "Falas da Terra", com foco em como as identidades indígenas são coconstruídas. O capítulo examina como a preservação e o uso das línguas indígenas são centrais para a recuperação das tradições, memórias e formas de ser dessas comunidades. Através das falas presentes no documentário, será demonstrado como a língua funciona não apenas como comunicação, mas como um ato de resistência contra o apagamento cultural, fortalecendo a identidade e a coesão social entre os indígenas.

Ao longo das análises, é possível identificar como os representantes indígenas do documentário expressam a língua como um elemento vital na luta pela autonomia cultural e na resistência contra as pressões externas. A reconstrução da identidade passa pelo resgate das línguas nativas, que carregam consigo os valores, as histórias e as visões de mundo dos povos indígenas. Dessa forma, a língua não é apenas um meio de preservar o passado, mas também uma ferramenta de construção de um futuro no qual essas comunidades possam afirmar sua identidade de forma plena e autônoma.

Marcado pela diversidade linguística, o documentário 'Falas da Terra' nos apresenta um rico mosaico de vozes indígenas. Através da lente da linguagem, a produção revela como os povos originários (re)constróem suas identidades em um contexto de constante transformação. Assim Gusson (2023, p,49) afirma que “quem fala e quem cala discorrendo sobre as identidades na pós-modernidade, voltando-me à reconfiguração das relações sociais e às práticas discursivas pelas quais as identidades são (re)construídas”. A construção e a representação da identidade estão inscritas em um mundo marcado pela fragmentação e pela multiplicidade de vozes. Ela sugere que a pós-modernidade é um período em que as identidades não são mais fixas ou homogêneas, mas sim fluidas e negociadas em um constante diálogo entre o que é dito e o que permanece silenciado. Na pós-modernidade, as relações sociais são radicalmente transformadas pela globalização, pelas novas tecnologias e pelas mudanças nos padrões de consumo. Essas transformações levam a uma fragmentação das identidades tradicionais, baseadas em fatores como classe social, gênero, raça e nacionalidade. As pessoas passam a se identificar com uma variedade de grupos e comunidades, muitas vezes sobrepostas e contraditórias.

Sendo assim, a identidade não é mais uma essência imutável, mas sim uma construção social que se modifica ao longo do tempo e em diferentes contextos. Um indivíduo pode ter múltiplas identidades, que se manifestam em diferentes momentos e situações. De tal modo as pessoas constroem suas identidades através de narrativas que dão sentido às suas experiências de vida. Essas narrativas são moldadas pela linguagem dominantes e pelas representações culturais.

Ao utilizar suas línguas maternas, os indígenas não apenas resistem à homogeneização cultural, mas também revitalizam suas tradições e forjam novos caminhos para o futuro. Há décadas os povos nativos lutam por ter o direito de existir, como podemos analisar na fala de Lian Gaia:

Como pode a chegada dos portugueses marcar o início da nossa história, o meu povo já estava aqui antes, a muito tempo o que começou nesse momento foi a nossa luta por sobrevivência a nossa resistência, continuar, continuar de continuar existindo. Na época éramos cerca de cinco milhões e hoje não chegamos a 900 mil, nesses 521 anos contaram a nossa história na arte nos filmes, livros de escolas e na política. Mas não hoje, não mais, chegou a vez de ouvir a nossa voz. (Documentário "Falas da Terra", Prado, 2022).

A fala presente no documentário "Falas da Terra", proferida por um representante indígena, encapsula de forma contundente a complexa relação entre os povos originários do Brasil e a história oficial do país. Ao afirmar que "a nossa história começou muito antes da chegada dos portugueses", o indígena subverte a narrativa eurocêntrica que, tradicionalmente, inicia a contagem histórica brasileira a partir da colonização. Essa afirmação evidencia a existência de uma história dos povos originários pré-colonial rica e diversificada, que foi sistematicamente apagada e silenciada. A chegada dos europeus, nesse contexto, não marca o início da história, mas sim um ponto de inflexão, caracterizado pela imposição de uma nova ordem social, política e cultural, que gerou um processo de colonização e dominação violenta.

A luta pela sobrevivência e a resistência indígena, mencionadas na fala, são elementos centrais na compreensão da história do Brasil. A redução drástica da população indígena, de cerca de 5 milhões para menos de 900 mil em mais de 500 anos, é um testemunho do genocídio cultural e físico sofrido por esses povos. Como Gusson (2023, p,61) destaca que "a branquitude está alicerçada em relações de poder desiguais, que acentuam as desigualdades raciais e, por consequência, as sociais, privilegiando alguns indivíduos". Durante a história, a branquitude foi associada a uma série de atributos positivos e valorizados socialmente, como inteligência, beleza, moralidade e capacidade de liderança. Essa construção social privilegiou indivíduos brancos, concedendo-lhes acesso a oportunidades, recursos e poder de forma desproporcional. Essa dinâmica, conhecida como privilégio branco, é frequentemente invisível para aqueles que o detêm, justamente porque se tornou a norma e o padrão contra o qual outros são comparados.

A afirmação de que "contaram a nossa história na arte, nos filmes, livros de escolas e na política" revela a forma como a narrativa histórica foi construída a partir de um olhar eurocêntrico, que marginaliza e estereotipa os povos nativos. Como podemos identificar quando Lian destaca:

Meu nome é Lian Gaia eu sou indígena acolhida por diversas etnias pois assim como muitos outros parentes eu não sei ao certo qual a minha, já que minha mãe não fala mais sua língua como atriz indígena eu luto por mais espaço e visibilidade para pessoas como eu no teatro e no áudio visual e luto para que a gente possa usar esse dia 19 de abril para revolucionar a questões indígenas agora e com a gente vamos contar quem somos e qual é a nossa luta. (Documentário “Falas da Terra”, Prado 2022).

A ausência de conhecimento preciso sobre sua etnia, devido à perda da língua materna, é um reflexo da política de assimilação e apagamento cultural imposta aos povos indígenas. No entanto, Lian Gaia, ao se identificar como "indígena acolhida por diversas etnias", demonstra uma consciência de pertencimento a um povo maior, que transcende as fronteiras étnicas e linguísticas. A atuação de Lian Gaia como atriz indígena é fundamental para a luta por mais visibilidade e representatividade dos povos originários no teatro e no audiovisual. Ao utilizar sua arte como plataforma de denúncia e afirmação de sua identidade, ela contribui para a desconstrução de estereótipos e para a construção de novas narrativas sobre os povos indígenas.

A frase “'luto' para que a gente possa usar esse dia 19 de abril para revolucionar a questões indígenas agora e com a gente vamos contar quem somos e qual é a nossa luta” demonstra a importância do dia 19 de abril, Dia dos Povos Indígenas, como um momento de mobilização e luta por direitos. Ao afirmar que é hora de "contar quem somos e qual é a nossa luta", Lian Gaia reivindica o direito de autodeterminação e de construir uma narrativa própria sobre sua história e sua cultura.

De acordo com Nascimento e Santos (2021, p,69), o “português falado pelas populações não-brancas era reconhecido como inculto e errado, o português falado pelas elites brancas, mais próximo do português de Portugal, como culto e correto”. A ideia de um monolinguismo foi plantada dentro da sociedade, ou seja, que a língua seria única e que só existia um português “certo”, afinal queriam de todas as formas destruir a cultura e todas as possibilidades de resistência dos povos originários e daqueles escravizados. Quando Lian destaca que “sou acolhida por várias etnias já que minha mãe não fala mais sua língua”, pode-se analisar que quando uma língua é assassinada morre junto todo um povo, afinal não saber de onde viemos e como nossa história iniciou é o mesmo que não ter uma identidade, a construção do indivíduo exige essa afirmação e construção da identidade dentro da sociedade.

Uma das representantes indígenas que participou do documentário “Falas da Terra” (2022), Cristian Mariusz, afirma que “ser indígena é ter orgulho da nossa origem

e poder recontar história pela nossa própria voz e poder ser e estar onde a gente quiser”. Buscar por respeito vai muito além, é ter orgulho e ser resistente, os povos nativos há décadas sofrem com a violência, as marcas dos colonizadores ficaram presentes, a sociedade se encarregou de leva a diante o racismo linguístico.

Destaca-se a centralidade da cultura e da tradição na construção da identidade indígena, contrapondo-se a narrativas eurocêntricas que muitas vezes silenciam ou distorcem as experiências desses povos que também se relaciona à luta contra o racismo e a discriminação, que limitam a liberdade de movimento e as oportunidades de muitos indígenas. Nascimento e Santos (2021, p.71) afirmam que “as elites colonias falam a língua de prestígio, mais próximas do colonizador e as populações racialmente inferiores falam uma língua “desconhecida e obscura”. Uma visão racista, historicamente tem sido um instrumento de poder, tendo em vista que a língua foi imposta para dominar e controlar os povos colonizados, porém essa relação não é estática tendo em vista que muitos resistiram e com isso as línguas iam se misturando e formando novas identidades linguísticas.

Lutas e resistências vêm sendo feita há décadas pelos povos nativos, mas o que deve ser analisado nesse momento é que a língua é uma arma poderosa que pode ser usada contra a opressão, assim a autora Freire (2017, p.1000) destaca que a “língua viva revela, a cada enunciação, conflitos sociais expressos linguisticamente e que tem na palavra o potencial para a ação transformadora e contra-hegemônica”. Ao afirmar que a língua viva revela conflitos sociais, destacar o papel da linguagem na sociedade, refletindo suas desigualdades, hierarquias e relações de poder. Os enunciados e as palavras, carrega consigo a marca de um contexto histórico e social específico, e pode ser utilizado para reforçar ou desafiar as estruturas de conflito existentes. A potencialidade da palavra para a ação transformadora e contra-hegemônica é fundamental para entendermos a importância da linguagem na luta por justiça social. Ao utilizar a linguagem para desafiar o *status* que os grupos marginalizados podem visibilizar suas experiências, construir novas narrativas e mobilizar a sociedade em torno de causas justas.

Nas culturas indígenas, a oralidade desempenha um papel central na transmissão de conhecimentos, na construção de identidades e na organização social. Documentários sobre os povos nativos, como "Falas da Terra", valorizam essa oralidade, dando voz aos indígenas e permitindo que eles compartilhem suas histórias

e perspectivas de mundo. A indígena Telma Taurepang deixa explícito na sua fala quando menciona que:

Vamos continuar resistindo mesmo que as leis não estejam ao nosso favor mesmo que a sociedade tente nos exterminar vamos resistir. Estão destruindo a nossas florestas tentando extinguir a nossa língua a nossa cultura. Luto pelos direitos de quem somos e de existir. (Documentário "Falas da Terra", Prado 2022).

A terra é um elemento central na identidade e na cultura dos povos nativos. A luta pela terra, portanto, está intrinsecamente ligada à luta pela preservação de suas línguas e culturas. Ao documentarem essa luta, contribuem para a visibilização das demandas dos povos indígenas e para a construção de um discurso contra-hegemônico. Pode-se notar que o documentário "Falas da Terra" (Prado, 2022) encapsula uma denúncia contundente e um chamado à resistência por parte dos povos indígenas. A frase "Vamos resistir mesmo que as leis não estejam ao nosso favor mesmo que a sociedade tente nos exterminar vamos resistir" expressa uma determinação frente às adversidades históricas e contemporâneas enfrentadas por esses povos. Ao afirmar que a sociedade tenta "exterminar" os povos indígenas, o enunciado revela a gravidade da situação e a urgência de se adotar medidas para garantir a sua proteção.

A repetição do verbo "resistir" enfatiza a importância dessa ação como estratégia de sobrevivência e afirmação de identidade. Ao resistir, os povos indígenas não apenas se defendem de agressões externas, mas também reafirmam seus direitos e a legitimidade de suas existências. Destaca-se a íntima relação entre a terra, a língua e a cultura dos povos indígenas. A destruição das florestas e a tentativa de extinguir suas línguas são entendidas como ataques diretos à sua identidade e à sua forma de vida. A defesa da terra, portanto, é inseparável da luta pela preservação de suas línguas e culturas. A autora Cavalcanti (1999, p.198) destaca que "o universo indígena no Brasil hoje é pequeno, porém, extremamente rico e diverso no que concerne aos aspectos sociolinguísticos, sócio-históricos e socioculturais". Ao caracterizar o universo indígena como "pequeno", a afirmação faz referência ao número de indivíduos que se autodeclararam indígenas no país, em comparação com a população total. No entanto, essa perspectiva numérica pode ser enganosa, pois oculta a importância histórica e cultural desses povos.

A ênfase na diversidade sociolinguística, sócio-histórica e sociocultural dos povos indígenas brasileiros é fundamental para compreender a complexidade desse universo. Cada povo indígena possui uma língua, uma história e uma cultura próprias, moldadas por suas interações com o meio ambiente e com outros grupos sociais ao longo de séculos. Essa diversidade é resultado de processos históricos complexos, como a colonização, a escravização e a expansão da fronteira agrícola, que moldaram as trajetórias de cada povo de forma única.

Uma das falas no documentário que contempla diversas lutas, mencionada por Fernanda Kaingang, que é a representante dos povos indígenas nas nações unidas e que:

A terminologia usada para definir coletividade indígena seria povos indígenas lutamos 27 anos nas nações unidas pelos povos indígenas que inclui todos os significados que abrange língua, cultura, território e soberania sobre esse território o direito de nos auto identificar dizer quem nós somos. (Documentário "Falas da Terra", Prado 2022).

O documentário "Falas da Terra" (Prado, 2022) apresenta uma definição abrangente e assertiva sobre a terminologia utilizada para definir a coletividade indígena. Ao afirmar que "povos indígenas" engloba língua, cultura, território e soberania, a fala revela uma compreensão profunda e complexa da identidade indígena, além de destacar a importância da autodeterminação desses povos. A frase "o direito de nos auto identificar dizer quem nós somos" sublinha o princípio da autodeterminação dos povos nativos, ou seja, o direito de definir sua própria identidade, sem interferências externas. Essa autodeterminação se manifesta na escolha do nome de seu povo, na definição de seus valores e costumes e na forma como se organizam socialmente.

De acordo com o que foi mencionada anteriormente estabelece uma relação intrínseca entre língua, cultura, território e soberania. A língua é o veículo de transmissão da cultura, sendo fundamental para a manutenção da identidade e da memória coletiva. O território é o espaço físico onde as culturas indígenas se desenvolvem e se reproduzem, sendo essencial para a prática de suas atividades tradicionais e para a manutenção de seus modos de vida. A soberania, por sua vez, se refere ao direito dos povos indígenas de exercer controle sobre seus territórios e de tomar decisões sobre seus próprios destinos. A menção aos 27 anos de luta nas Nações Unidas demonstra a longa trajetória de luta dos povos indígenas por reconhecimento de seus direitos e pela defesa de seus territórios. Essa luta histórica

demonstra a importância da organização política dos povos indígenas e a necessidade de pressionar os governos e as instituições internacionais para garantir a implementação de seus direitos.

Segundo Nascimento (2029, p.107), a “ideia de língua, portanto, para mim, foi colocada como filha do epistemicídio ocidental”. O termo "epistemicídio" refere-se à destruição sistemática de conhecimentos, saberes e formas de pensar de um determinado grupo social ou cultural. No contexto ocidental, isso geralmente se refere à supressão de conhecimentos indígenas, africanos e de outras culturas não europeias durante o processo de colonização e globalização. A língua, tal como a conhecemos hoje, é um produto direto desse processo de destruição do conhecimento. Ou seja, seria uma ferramenta moldada pelas forças que promoveram o epistemicídio, servindo para perpetuar as hierarquias e as relações de poder estabelecidas.

A luta pela linguagem é uma luta política, uma vez que a linguagem molda a nossa percepção da realidade e as nossas relações com o mundo. De tal forma o eurocentrismo, que impõe a língua e a cultura europeia como padrão universal, desvalorizando outras línguas e culturas, influencia a discriminação que os povos nativos sofrem, como também o colonialismo linguístico, que impõe uma língua dominante sobre outras, apagando a diversidade linguística e cultural. Como pode-se analisar na fala do representante dos povos nativos, Ailton Krenak:

Tem duas descobertas do Brasil uma e a outra que as crianças aprendem em sala de aula contada nos livros de história que o Brasil foi descoberto pelos portugueses em 1500, a outra foi feita pelos povos indígenas na década de 70 e 80 quando grandes líderes como Mario Juruna e Roane seguidos de minha geração como Álvaro Tukano e Marcos Terena despertaram pela necessidade de se fazerem presentes na vida e no contexto político do nosso país, o fato de sermos os primeiros habitantes não nos garantiu nada pelo contrário nos lançou numa luta incessante pelo direito a nossa cultura a nossa língua mãe e nosso território e a cada dia vamos ter que insistir nesse nosso direito de constituir o Brasil. (Documentário “Falas da Terra”, Prado 2022).

A narrativa tradicional da "descoberta" do Brasil pelos portugueses é profundamente eurocêntrica, colocando a cultura europeia como padrão e superior às culturas indígenas. O autor questiona essa visão, colocando em destaque a importância das culturas indígenas para a formação da identidade brasileira. É de suma importância descolonizar a história do Brasil, reconhecendo a importância das culturas dos povos originários e resgatando narrativas que foram silenciadas. Tendo em vista que a narrativa oficial, presente nos livros de história, centra-se na chegada

dos europeus em 1500, apresentando-a como o marco inicial da história do Brasil. Essa perspectiva eurocêntrica ignora a existência de complexas sociedades indígenas e suas contribuições para a formação do país. Quando menciona a segunda "descoberta" refere-se à crescente conscientização dos povos indígenas sobre seus direitos e à necessidade de se fazerem ouvir na esfera política. Essa autoafirmação indígena representa uma reescrita da história, colocando em evidência a presença indígena como elemento fundamental da identidade brasileira, resistindo a toda opressão e lutando contra o preconceito.

Outro fato importante mencionado acima e que destaca a importância do movimento indígena das décadas de 70 e 80, liderado por figuras como Mario Juruna e Roane, que lutaram pela visibilidade e pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Essa luta foi fundamental para desconstruir a ideia de que o Brasil é um país homogêneo e branco, revelando a diversidade étnica e cultural do país. O Brasil não é um país composto apenas por um povo ou uma única língua, a luta pela valorização das línguas indígenas e pela preservação das culturas tradicionais é uma forma de resistência a esse processo e uma afirmação da identidade indígena. Essa oposição está ligada à luta antirracista, é preciso combater todas as formas de discriminação e desigualdade.

Segundo Ailton Krenak:

Até o início do século 20, os índios estavam em processo de extinção nós éramos sujeitos ocultos de papel, mas hoje esse coletivo chamado índio ficou adulto chegou à maturidade e diz para si mesmo "a vida é isso aí não tem pocahantos não tem Iracema não dá para ficar reclamando tudo que poderia ter sido, temos apenas a realidade vamos ter que conquistar nossos direitos dia a pós dia. Minha luta tem o mesmo propósito, resistir, resistir, resistir e resistir. (Documentário "Falas da Terra", Prado 2022).

A importância da visibilidade dos povos indígenas na sociedade brasileira. Por muito tempo, os indígenas foram retratados de forma estereotipada e romantizada, como personagens de histórias e lendas, distantes da realidade. A luta por reconhecimento e visibilidade permitiu que os indígenas se apropriassem de sua própria narrativa e desafiassem os estereótipos. A frase "não tem Pocahontas, não tem Iracema" é emblemática nesse sentido. Ao negar essas figuras romantizadas e idealizadas, os indígenas afirmam sua complexidade e diversidade, recusando-se a ser reduzidos a personagens de histórias idealizadas.

A linguística aplicada, enquanto campo de estudo que busca o conhecimento linguístico para resolver problemas sociais, encontra um terreno fértil na luta dos povos indígenas. A preservação das línguas originárias é fundamental para a manutenção da identidade cultural e do conhecimento tradicional desses povos. Ao mencionar a importância da língua mãe, evidencia a relação intrínseca entre língua e identidade.

Ao preservar sua língua, os povos indígenas preservam sua história e sua cultura. Com isso, transforma-se numa ferramenta poderosa que molda a nossa percepção da realidade e as nossas relações sociais. Ao controlar a linguagem, os grupos dominantes podem construir narrativas que legitimam seu poder e marginalizam outros grupos. Os povos nativos, ao reivindicarem o direito de usar suas próprias línguas e de construir suas próprias narrativas, estão desafiando o poder da linguagem e construindo uma nova ordem simbólica.

Segundo Nascimento (2019), o sujeito se submete à língua e a língua muda por meio do sujeito e das convenções criadas através da língua. Sendo assim, a relação entre o sujeito e a língua está diretamente ligada ao conceito de racismo linguístico, pois ao nascer, o sujeito é inserido em um contexto linguístico que já carrega normas e convenções, as quais frequentemente privilegiam certas formas de falar em detrimento de outras. No Brasil, por exemplo, as variantes linguísticas indígenas e de matrizes africanas são muitas vezes desvalorizadas ou discriminadas em comparação ao português padrão, reforçando uma hierarquia social que marginaliza certos grupos étnicos e suas expressões culturais. Essa situação de "submissão à língua" não é neutra, ao se sujeitar a um padrão linguístico que rejeita sua forma de falar, o indivíduo de um grupo marginalizado vivencia o racismo linguístico, que nega a legitimidade de sua identidade e expressão cultural. No entanto, como a língua também se transforma por meio dos falantes, esses grupos resistem e contribuem para mudanças linguísticas, reafirmando sua identidade e buscando reconhecimento, o que representa uma luta contra o apagamento cultural e o preconceito linguístico que enfrentam, assim podemos destacar na fala da representante dos povos originários Elisa Pankararu:

Tem duas frases que eu tenho ouvido muito nessa vida uma é você é indígena mesmo a outra é no nordeste tem índio sim eu sou indígena sim no nordeste tem indígena assim são mais de 100 mil e dezenas de povos diferentes com culturas línguas e formas de viver diferente sou do povo pankararu sou professora sou antropóloga sou pernambucana uma mulher indígena tem o

racismo o caso dos povos indígenas e o racismo tem cara o racismo é homem é branco é hétero é cristão é capitalista e patriarcal se você não faz parte desse modelo então você é excluído você é massacrado você é exterminado tem gente que pensa que os índios fedem isso acontece hoje não é história do passado mas nós continuamos aqui existindo e sobrevivendo. (Documentário "Falas da Terra", Prado, 2022).

Essa fala do documentário Falas da Terra (2022) aborda de forma contundente o racismo e o preconceito estrutural que os povos indígenas enfrentam no Brasil. Ao responder à frase "você é indígena mesmo"? Pankararu enfrenta o questionamento de sua identidade indígena, algo que é comum devido a estereótipos e racismo que delimitam os indígenas a um ideal de "autenticidade" que não condiz com a realidade diversa e dinâmica desses povos. Essa forma de racismo questiona a legitimidade da identidade indígena, revelando um racismo linguístico e social que invalida aqueles que não se encaixam no estereótipo.

A afirmação "no Nordeste tem índio, sim" desafia a noção equivocada de que a identidade indígena se limita a certos espaços geográficos, como a região amazônica, reforçando a invisibilização dos povos indígenas em outras partes do país, como o Nordeste é um mecanismo de apagamento cultural e étnico, que se manifesta tanto na sociedade quanto nos sistemas de educação e mídia. A protagonista reforça que existem "dezenas de povos diferentes" no Nordeste, com línguas e culturas próprias, e a própria falta de reconhecimento e divulgação dessas culturas é uma forma de racismo cultural e linguístico. Ao enfatizar "sou do povo pankararu", ela reafirma sua identidade e o direito de ser reconhecida como indígena, desconstruindo preconceitos que limitam as narrativas e a visibilidade dos povos indígenas nordestinos.

O racismo linguístico também se expressa em frases como "os índios fedem", que reproduz uma ideia de inferioridade e "sujeira" associada aos indígenas. Essas visões estereotipadas têm origem no colonialismo e ainda perduram, afetando a forma como as pessoas indígenas são tratadas socialmente. Ao dizer que "isso acontece hoje, não é história do passado", ela destaca que o racismo contra indígenas não é um resquício superado, mas uma realidade contemporânea que precisa ser confrontada. Ao mencionar que "racismo tem cara, é homem, branco, hétero, cristão, capitalista e patriarcal" aponta para a estrutura de poder que historicamente oprime e exclui qualquer pessoa que não se encaixe nesse padrão hegemônico. A exclusão dos povos indígenas desse modelo revela um preconceito sistêmico que marginaliza

aqueles que representam modos de vida e sistemas de valores diferentes. Esse racismo é também um ataque ao direito de existir e se expressar enquanto indígena, fazendo com que o preconceito não se limite apenas a palavras ou estereótipos, mas se manifeste em ações que minam a dignidade e os direitos fundamentais dos povos indígenas, como o direito à terra e à preservação cultural.

A fala final, "nós continuamos aqui existindo e sobrevivendo", é um testemunho de resistência. Mesmo diante do racismo, da tentativa de apagamento cultural e da opressão, a resistência indígena persiste, reafirmando a luta constante por reconhecimento, respeito e dignidade.

4.1 Falas da Terra e o Racismo Linguístico: A Língua Indígena como Mapa e Memória Territorial

Este trabalho permite-nos uma análise interdisciplinar, conectando os elementos-chave do documentário "Falas da Terra" com a problemática do racismo linguístico e a importância da língua indígena como ferramenta de preservação territorial. As línguas indígenas constituem um patrimônio cultural de inestimável valor, carregando consigo milênios de conhecimento sobre o mundo natural e as relações sociais. A codificação desse saber em suas estruturas linguísticas permite uma compreensão profunda do território, da flora, da fauna e dos locais sagrados, que vai além da mera descrição. A perda de uma língua indígena implica na extinção de um acervo de conhecimento único e irrecuperável, dificultando a gestão sustentável dos territórios e enfraquecendo a identidade cultural dos povos originários.

O racismo linguístico, que desvaloriza e discrimina as línguas indígenas, agrava essa situação, impedindo o reconhecimento e a valorização desse conhecimento ancestral. A negação do valor das línguas indígenas impede que seus falantes participem ativamente na gestão de seus territórios e contribuam para o desenvolvimento de soluções sustentáveis para os desafios ambientais. A imagem a ser analisada, proveniente do documentário "Falas da Terra" (2022), convida-nos a uma imersão em um universo simbólico profundamente ligado à terra e à memória. A língua indígena, nesse contexto, atua como um mapa ancestral, orientando os povos originários em seus territórios e transmitindo conhecimentos que se entrelaçam com a história e a espiritualidade. Através da análise de seus elementos visuais,

pretendemos desvelar as camadas de significado que a imagem carrega e como ela se insere no contexto mais amplo da luta indígena no Brasil, buscando compreender como a imagem visual dialoga com o mapa linguístico e cultural construído ao longo de gerações.

Imagem 1



Fonte: Documentário “Falas da Terra” (2022)

A imagem retratada, com adereços que evocam a natureza e traços culturais, parece encarnar uma expressão identitária que transcende o visual, levando em conta a relação com o território e o pertencimento. A língua indígena, nesse sentido, não é apenas um meio de comunicação, mas um vetor de memória que se entrelaça com a paisagem e os elementos naturais. O uso de ornamentos vegetais na imagem pode ser interpretado como uma metáfora da ligação com a terra e a natureza, que são centrais na cosmologia de muitos povos indígenas. Esse corpo pintado e adornado expressa uma resistência e uma afirmação da identidade que passa pela preservação e fortalecimento de sua língua, que também age como um mapa vivo, que guia e conecta o povo ao seu território ancestral.

A expressão do representante dos povos nativo na imagem, com seus traços e uma postura enigmática, sugere a complexidade dessa memória, que é tanto visual quanto espiritual. O fundo, que mostra uma paisagem degradada, contrasta com a figura central, trazendo à tona a ideia de que essa memória e esse território estão ameaçados, mas que a cultura e a língua são elementos de resistência e reconexão. A conservação da biodiversidade também se beneficia da preservação das línguas indígenas. O conhecimento tradicional sobre as propriedades medicinais das plantas,

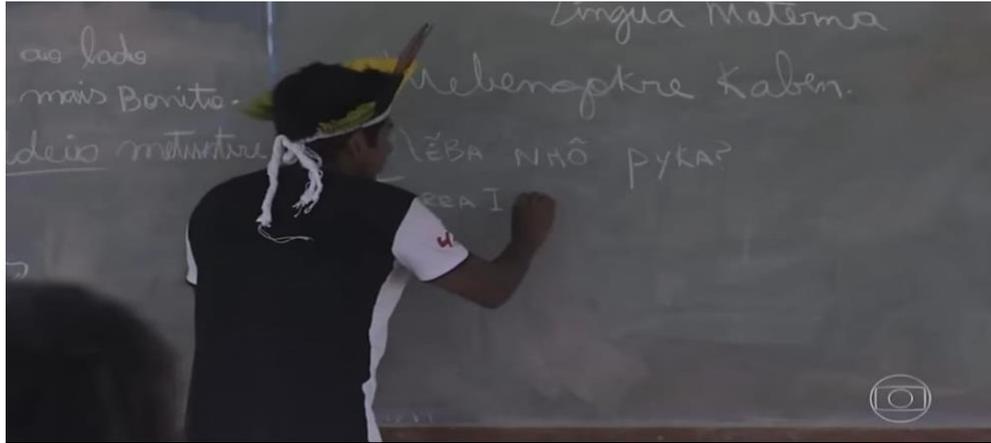
os ciclos naturais e as interações entre os seres vivos são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de conservação mais eficazes.

Analisando a fala de Uyra, que se identifica como professora e artista visual da Amazônia, identificamos em suas expressões a preocupação com toda a violência que a floresta e os povos originários sofrem, “as tantas aves que cantavam no lugar delas e um ou dois passarinhos tristes, sozinhos cantando”. Esta frase, por um lado, quando analisada sob a lente da experiência dos povos indígenas e do silenciamento histórico que sofreram, adquire uma profundidade simbólica poderosa. As “tantas aves que cantavam” podem ser interpretadas como a representação das diversas culturas indígenas que, antes da colonização, habitavam o território brasileiro, cada uma com sua língua, seus costumes e sua visão de mundo, expressando-se livremente. O canto dessas aves simboliza a riqueza cultural e a vitalidade dessas sociedades.

Por outro lado, os “um ou dois passarinhos tristes, sozinhos cantando” podem ser vistos como uma metáfora para os povos indígenas que sobreviveram aos processos de colonização, escravização e genocídio, e que hoje lutam para manter suas identidades e tradições em um contexto marcado pelo racismo e pelo apagamento de suas histórias e línguas. A solidão e a tristeza desses passarinhos refletem a situação de vulnerabilidade em que se encontram muitos povos indígenas, que tiveram suas terras usurpadas, seus direitos violados e suas línguas e culturas marginalizadas. A imagem do canto solitário contrasta com a harmonia da floresta original, simbolizando o silenciamento e a invisibilização que esses povos sofrem.

Por trás das lutas, sofrimento, e silenciamentos existe a força dos povos indígenas por continuarem existindo e passando sua cultura, língua e identidade para as futuras gerações, como podemos analisar na imagem a seguir.

Imagem 2



Fonte: Documentário “Falas da Terra” (2022)

A imagem retrata um indígena, escrevendo em um quadro, ensinando ou discutindo sua língua materna. Este ato reflete diretamente a importância da preservação das línguas nativas como ferramenta essencial para a transmissão de cultura, identidade e história dos povos indígenas, mesmo em um modelo de educação eurocêntrico (um quadro, giz e o professor à frente). No contexto do racismo linguístico, as línguas indígenas são muitas vezes marginalizadas e tratadas como inferiores ou inúteis em comparação com o português, idioma dominante no Brasil. Essa marginalização provoca não apenas a perda de línguas, mas também de saberes ancestrais, valores e visões de mundo que estão profundamente enraizados na forma de comunicação e expressão dessas comunidades. Quando uma língua morre, junto com ela morrem também as formas de pensar, de ver o mundo e de organizar a sociedade. Este fenômeno é uma das mais violentas expressões de racismo linguístico, que apaga e deslegitima a existência e as contribuições dos povos indígenas.

No documentário “Falas da Terra”(2022), o racismo linguístico é abordado de forma a evidenciar como a imposição da língua portuguesa serve como um mecanismo de controle e silenciamento, perpetuando a colonialidade. A resistência coconstrói as identidades indígenas à medida que essas populações lutam para preservar e revitalizar suas línguas maternas. A preservação cultural, conforme abordada no documentário, vai além de um simples resgate do passado, ela se conecta diretamente ao presente e ao futuro dessas comunidades, criando uma identidade forte e coesa, que resiste aos processos de apagamento. Nesse sentido, a língua materna torna-se não apenas um meio de comunicação, mas também um ato

político de resistência contra a colonialidade e o racismo linguístico, fortalecendo o orgulho e a identidade indígena.

Quando uma comunidade perde sua língua, ela é forçada a se adaptar às normas e valores da cultura dominante, o que pode levar a uma crise de identidade e à perda de elementos-chave de sua cosmovisão. Contudo, quando essas línguas são preservadas e transmitidas, como vemos na imagem, essa preservação ajuda a solidificar o sentido de pertencimento e continuidade histórica dessas comunidades, promovendo a resistência e o florescimento cultural. Assim podemos analisar na falar de Bruno Kaingang que destaca que:

Meu nome é Bruno Kaingang, da Tami do guarita do município de Tenente Portela Redentor Val seco, sou professor o primeiro Dr da faculdade da educação do Rio grande do Sul é formando professores Kaingang para atuar nas escolas indígenas, meu desafio como educador é pensar construir uma escola com calendário específico que garanta nossas convivência, nosso espaço, tempo de caça, pesca e rituais com material específico didático bilíngue porque para nós povos indígenas a língua e as nossas tradições culturais são meio de sobrevivência. A educação indígena não tá centrada em ter mais o ser mais do que o outro a pedagogia indígena está focada na coletividade na conveniência mutua entre a gente, isso torna uma educação mais humana que a gente consiga superar a ideia do preconceito e do racismo que existe na sociedade. (Documentário "Falas da Terra", prado 2022).

O depoimento de Bruno Kaingang, presente no documentário "Falas da Terra", revela uma perspectiva profunda e complexa sobre a educação indígena, com particular ênfase na necessidade de uma pedagogia que valorize a cultura, a língua e as tradições dos povos originários. Ao se autodenominar o primeiro doutor kaingang e professor de uma faculdade de educação, Bruno evidencia a importância da formação de educadores indígenas e a construção de um conhecimento acadêmico que dialogue com as particularidades culturais dos povos originários. Sua atuação como formador de professores kaingang demonstra um compromisso em fortalecer a educação escolar indígena, garantindo que as crianças e jovens indígenas tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite sua identidade e cultura.

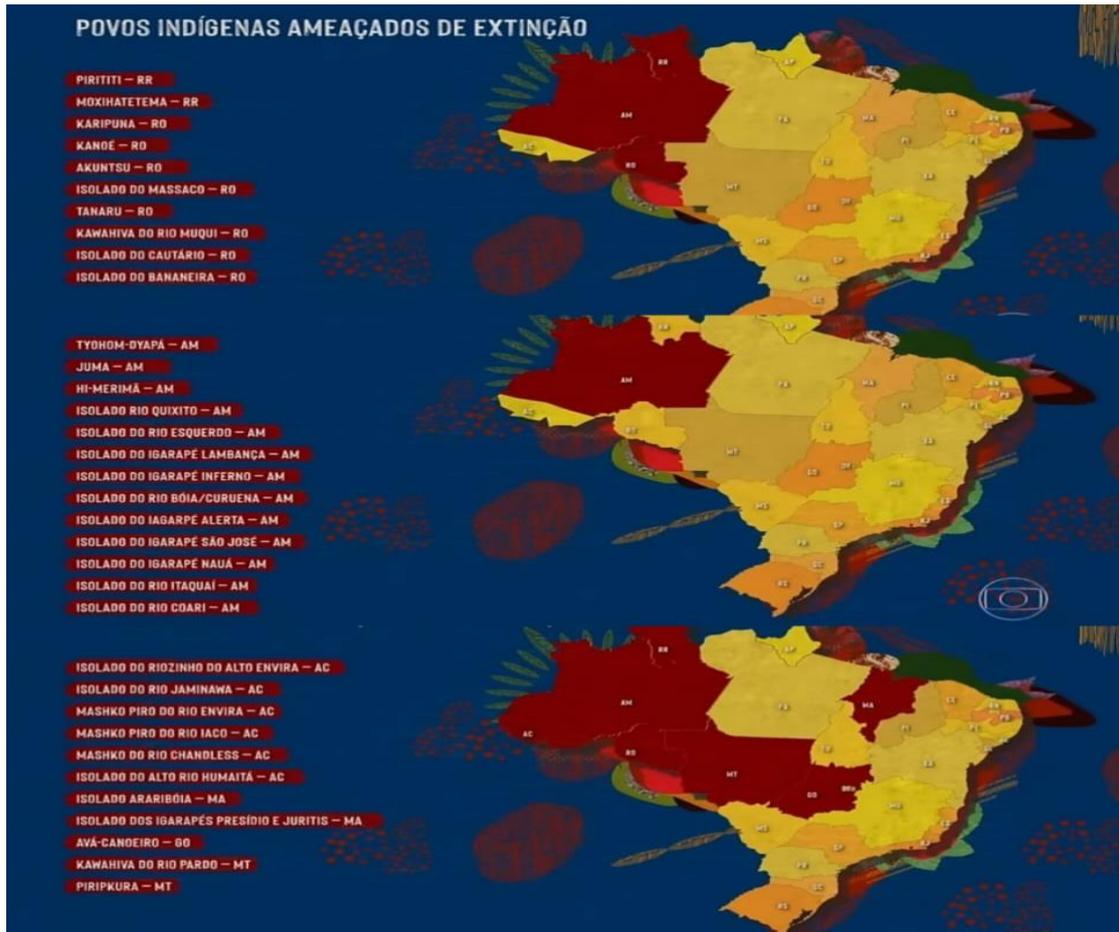
A defesa de um calendário escolar específico para as comunidades indígenas é um ponto crucial do discurso de Bruno. Essa proposta busca conciliar os tempos escolares com os tempos tradicionais da comunidade, permitindo que os estudantes participem de atividades como caça, pesca e rituais, que são fundamentais para a manutenção de suas culturas e identidades. A criação de um material didático bilíngue, por sua vez, é uma estratégia para garantir que o ensino seja realizado em

ambas as línguas, indígena e portuguesa, valorizando a língua materna dos estudantes e promovendo o bilinguismo.

Ao afirmar que "a pedagogia indígena está focada na coletividade na conveniência mútua entre a gente", Bruno destaca um dos princípios fundamentais da educação indígena, a valorização das relações interpessoais e a construção de um conhecimento compartilhado. Essa perspectiva contrasta com o individualismo presente em muitas escolas tradicionais e demonstra a importância de uma educação que promova a cooperação, a solidariedade e o respeito mútuo. A crítica ao preconceito e ao racismo presente na sociedade é outro ponto relevante do depoimento de Bruno. Ao defender uma educação mais humana, que supere essas questões, ele chama a atenção para a necessidade de um processo educativo que promova a igualdade, a justiça social e o respeito à diversidade cultural.

A seguir, apresento os mapas que ilustram a situação dos povos indígenas no Brasil, com foco naqueles ameaçados de extinção, como retratado no documentário "Falas da Terra" Prado (2022), que "atualmente o Brasil tem 34 povos indígenas ameaçados de extinção, 28 deles são isolados. A distribuição geográfica desses povos, marcada no mapa, principalmente em regiões da Amazônia e em estados como Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, destaca não apenas a sua vulnerabilidade física e cultural, mas também que leva ao processo de apagamento linguístico e cultural que estão enfrentando.

Imagem 3



Fonte: Documentário “Falas da Terra” (2022)

Os povos indígenas, além de serem alvo de genocídio físico e cultural, enfrentam também o genocídio linguístico, em que suas línguas, que carregam conhecimentos ancestrais, estão desaparecendo juntamente com suas comunidades. O apagamento das línguas indígenas é parte de um projeto colonialista que visa a homogeneização cultural e a negação de outros modos de existir e se expressar no mundo. Sendo assim revela-se que a perda de uma língua é também a de uma memória territorial, de uma relação única com a terra, os rios e os seres não humanos que habitam esses espaços. As línguas indígenas são mapas de memória, pois articulam saberes que incluem a geografia, o clima, as espécies animais e vegetais, além de modos de organização social e espiritual que muitas vezes não encontram paralelo nas línguas ocidentais.

Dessa forma, o racismo linguístico, manifestado pela negação da importância dessas línguas e pela pressão para que essas comunidades adotem o português, contribui para o apagamento linguístico e cultural. A extinção de povos indígenas,

como mostrada na imagem, significa também a extinção de modos de vida e de línguas que mantêm viva a diversidade cultural e histórica do Brasil. Preservar essas línguas é, portanto, uma forma de resistir ao apagamento e garantir a visibilidade e a dignidade desses povos.

Para reafirmar o que foi discutido até o momento sobre resistência e luta indígena destaco a seguir a imagem de uma das representantes dos povos nativos que encerrou o documentário “falas da Terra” (2022).

Imagem 4



Fonte: Documentário “Falas da Terra” (2022)

Narubia Werreria, do povo Iny (Karajá), com o punho erguido e microfone em mãos, é um símbolo poderoso de resistência e afirmação da identidade indígena. Ao erguer o punho, um gesto universal de luta, Narubia representa a voz de seu povo, reivindicando respeito, visibilidade e a preservação de sua cultura e língua. A postura firme e o uso de adornos tradicionais, como o cocar e as pinturas corporais, reafirmam o compromisso dos povos indígenas em preservar suas raízes, enquanto utilizam plataformas contemporâneas para denunciar o apagamento histórico e a opressão. Essa imagem encapsula a resistência não apenas contra a extinção física, mas contra o silenciamento cultural e linguístico, mostrando que a luta indígena é também uma batalha por espaço no presente, para que suas histórias e línguas não sejam relegadas ao passado ou confinadas aos livros de história. Narubia, ao tomar a palavra, resiste ao apagamento e assume seu lugar como guardiã e porta-voz de uma

identidade ancestral viva e em constante luta. A música que os representantes cantam ao finaliza o documentário descreve bem essa luta.

Venha devagar que essa terra é minha fala de mansinho que essa voz é minha, nós somos os primeiros habitantes desse nosso país não apenas defendemos o meio ambiente, somos a própria natureza se matar o meio ambiente está matando a nós, não porque ele é belo, mas porque todos os seres que habitam na floresta correm em nosso sangue. Venha com respeito que esse corpo é meu, todo meu, se sua prioridade é uma invasão sua voz não há usurpação sua presença virou violação não vai mexer no meu direito não. (Documentário "Falas da Terra", Prado 2022).

A música interpretada no documentário Falas da Terra ecoa como um manifesto de resistência e uma afirmação contundente de identidade e territorialidade dos povos indígenas. Os versos carregam uma reverência pela terra, expressando que essa não é apenas um espaço geográfico, mas um corpo vivo e sagrado, intrinsecamente ligado à identidade e existência desses povos. Ao dizer "essa terra é minha" e "nós somos os primeiros habitantes desse nosso país", a música reafirma o vínculo ancestral que os indígenas têm com suas terras, enfatizando que eles não apenas vivem na natureza, mas são parte dela. A imagem do "meio ambiente" como extensão do corpo indígena é poderosa, a canção sugere que destruir a natureza significa atingir diretamente esses povos. Ao se referirem à natureza como "parte do nosso sangue," os cantores destacam uma conexão espiritual e biológica, indicando que o respeito à floresta e seus seres é uma questão de sobrevivência e honra à ancestralidade. Assim, o respeito pedido na canção vai além da simples consideração ambiental, é um chamado para que se reconheça a autonomia e os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas.

No trecho final, quando entoam palavras em sua língua mãe, os cantores reavivam a herança cultural e linguística. O uso da língua ancestral no fim da música não é apenas um recurso artístico, mas um gesto de resistência contra a colonização linguística e cultural. É como se reafirmassem que, apesar de séculos de opressão e tentativa de silenciamento, suas vozes, culturas e línguas ainda vivem e resistem. Esse final da música é de uma profundidade especial, ressaltando a importância da preservação da língua como parte da identidade indígena e reforçando a ideia de que a resistência dos povos indígenas se expressa também pela manutenção de suas práticas e saberes próprios.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa investigou o racismo linguístico e a preservação cultural indígena tendo como corpus de análise o documentário "Falas da Terra", analisamos como o racismo linguístico e a resistência à colonialidade moldam as expressões culturais e identitárias dos povos indígenas.

A perda da língua nativa também causa desconexão com a terra, a cultura e a espiritualidade. Além disso, compromete a preservação de conhecimentos sobre medicina tradicional, agricultura e ecologia. Essa erosão cultural é irreparável e afeta gerações futuras. A análise revelou a complexa relação entre racismo linguístico, resistência à colonialidade e construção de identidades indígenas. Este estudo destacou como a linguagem, como ferramenta de resistência e controle, pode ser usada para marginalizar e silenciar as vozes indígenas. No entanto, também ficou claro que os povos originários resistem à violência linguística, reafirmando suas identidades e culturas por meio da língua e de outras práticas culturais.

Foi possível demonstrar que a preservação cultural indígena é essencial para a resistência à colonialidade, uma vez que a língua e as tradições são elementos centrais na construção da identidade dos povos nativos e na luta por direitos. O referido documentário contribui significativamente para dar visibilidade às experiências dos povos indígenas e à descolonização do conhecimento, além de destacar a importância de políticas públicas que promovam o respeito à diversidade linguística.

No decorrer da análise, constatou-se que o racismo linguístico é uma forma marcante de opressão, manifestada pela imposição de padrões linguísticos e culturais hegemônicos que tentam silenciar ou deslegitimar as expressões culturais dos povos originários. Esse processo contribui para a marginalização das línguas nativas, reforçando uma visão colonizadora que as relega a um *status* de inferioridade. O racismo linguístico gera exclusão social e educacional, limitando oportunidades para falantes de línguas nativas. Isso ocorre principalmente na educação, onde currículos escolares ignoram ou desvalorizam línguas e culturas indígenas.

A resistência à colonialidade, evidenciada no documentário, vai além da simples preservação cultural. É um movimento de revalorização das tradições e do modo de vida dos povos originários, que transcende o tempo e desafia o domínio cultural imposto pela sociedade dominante. Ao lutar contra a homogeneização linguística e cultural, os povos indígenas reafirmam suas identidades e mantêm vivas as tradições e saberes ancestrais. Tendo em vista que a erosão da memória coletiva é outra consequência devastadora do racismo linguístico. A perda da língua nativa compromete a transmissão de histórias, mitos, lendas e conhecimentos tradicionais. Isso leva ao desaparecimento de línguas nativas, eliminando parte essencial da identidade cultural dos povos originários.

Ao longo desta pesquisa, os objetivos traçados inicialmente foram plenamente alcançados. Em primeiro lugar, foi possível analisar de forma detalhada como o racismo linguístico se manifesta em relação às línguas indígenas, utilizando o documentário *Falas da Terra* (2022) como objeto principal de estudo. Por meio dessa análise, identificaram-se práticas e linguísticas que deslegitimam essas línguas e reforçam a exclusão cultural de seus falantes, evidenciando a persistência de Racismo linguístico históricos enraizados no cenário linguístico brasileiro. Essa etapa foi essencial para compreender o contexto de apagamento linguístico e cultural enfrentado pelos povos indígenas. Além disso, o objetivo de investigar as estratégias de preservação cultural e revitalização linguística promovidas pelos próprios povos indígenas foi igualmente alcançado.

Por meio das narrativas presentes no documentário e de fontes complementares teóricas, ficou evidente o protagonismo indígena na luta por reconhecimento de suas línguas como parte fundamental de sua identidade. Essa análise destacou iniciativas como o ensino bilíngue, a produção de materiais pedagógicos e a valorização das línguas em espaços midiáticos, o que reafirma o papel dessas comunidades na preservação de sua herança cultural.

Como mencionado no decorrer desse estudo, foi possível comprovar que as hipóteses inicialmente propostas foram plenamente atendidas. Constatou-se que o racismo linguístico exerce um efeito significativo na construção das identidades indígenas, marginalizando e silenciando suas vozes. Além disso, constatou-se que a resistência à colonialidade é um elemento fundamental na reafirmação dessas identidades, promovendo a preservação cultural e linguística. Assim, os resultados

obtidos corroboram as hipóteses inicialmente formuladas, demonstrando a relevância e coerência da investigação.

Conclui-se que este estudo atingiu seus objetivos, tanto gerais quanto específicos. O documentário "Falas da Terra" (2022) revela as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas no contexto do racismo linguístico, destaca-se que 'Falas da Terra' é fundamental para amplificar as vozes indígenas, permitindo que os representantes destaquem suas lutas e histórias de vida.

Este estudo abre caminho para futuras investigações que possam explorar outras representações midiáticas, práticas sociais e iniciativas educativas que contribuam para a preservação das línguas indígenas e para o fortalecimento da luta contra o racismo linguístico. Investigar como diferentes mídias e espaços institucionais lidam com a questão da diversidade linguística pode ser um desenvolvimento importante para ampliar o conhecimento social e acadêmico dessa discussão.

Referencias

ALMEIDA, Ricardo Regis de. **Ideologias (racio)linguísticas acionadas por estudantes de inglês em um curso de extensão**. Revista humanidade e inovação v.8, n.36, 248-262, 2021.

CAVALCANTI, M. C. **Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil**. DELTA, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999

DE MELO, Glenda Cristina Valim. **Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade**. Vol. II. Mórula Editorial, 2023.

FALAS da Terra. Direção de Antônio Prado. Globo Play, 2021

Disponível em: https://youtu.be/BdDpp6USz5Y?si=lagvRNm1m_4Atntq >Acesso em: 10/04/2024

FLÁVIA Marinho Lisboa. **Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade**. [s. l: s.n.]. Edufba,2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: destapando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 200 p. (Linguagem; 25).

JOAQUIM Martins Junior. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. [s.l.] Editora Vozes Petrópolis 2012.

KAKÁ WERÁ JECUPÉ. **A terra dos mil povos**. [s.l.] Editora Peirópolis LTDA, 2020.

LAGARES, Loah Carlos; BAGNO, Marcos (orgs). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

LUDKE, Menga, Andre, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativas**. São Paulo: EPU,1986.

LUIZ PAULO DA MOITA LOPES. **Por uma linguística aplicada: indisciplinar**. São Paulo (Sp): Parábola Ed, 2008.

MATTOS, I. M. de; CRAMAUSSEL, C.; MOREIRA, V. M. L.; SILVA, A. P. da (Org.). **Histórias Indígenas: Memória, Interculturalidade e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MOITA Lopes Luiz Paulo. **Por uma linguística aplicada: indisciplinar**. São Paulo (Sp): Parábola Ed, 2006.

MELLO, Vera; LOPEZ, Luiza Moreira. **Educação popular e práxis pedagógica: diálogos sobre gestão democrática**. 1. ed. São Paulo: Editora e Livraria Expressão Popular, 2015. 231p.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. Racismo linguístico é sobre palavras? Um prefácio. *Lingu@Nostr@*, Vitória da Conquista, v. 1, pág. 3 a 15, jan./jul. 2021.

PINTO, Joana Plaza; SANTOS, Karla Cristina dos; Veras, Viviana. **Como domar uma língua selvagem**-Glória Anzaldúa. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, nº39, p. 297-309, 2009.

PESCE, Barricelli. **Os povos indígenas: 500 anos de luta**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 270 p.

Pessoa, A. P. S. (2023). **“O migrante não sabe nada, é um idiota para muitos”:** discutindo colonialidade e políticas linguísticas no ensino de português para migrantes haitianos. *Revista de Letras Norteamentos: Estudos Linguísticos*, 16(45), 163-183.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: parábola, 2003.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **A propósito de linguística aplicada '30 anos depois: quatro turismo correntes e quatro desafios**. *D.E.L.T.A.*, Rio de Janeiro, v.31, n. especial, p. 349-376, 2015.

SOUSA, Ademario, MAGALHÃES Ana. **História dos povos indígenas: Abordagem Transversal Fortalecida pela Lei 11.645/08**

SCHIFFLER, Michele Freire. **A linguagem como arena: conflitos e resistência em performances culturais**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 6., 2017, Vitória. *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. Vitória: UFES, 2017. p. 987 – 1002

GUSSON, C. **Identidades raciais e profissionais de professoras/es de línguas: representação, (re)construção e educação antirracista**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023